

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Marcelo Hayeck

**RETRATOS DE UMA ADOLESCENTE GRÁVIDA:
desamparo, violência sexual e vulnerabilidade**

UBERLÂNDIA

2022

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Marcelo Hayeck

**RETRATOS DE UMA ADOLESCENTE GRÁVIDA:
desamparo, violência sexual e vulnerabilidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves

UBERLÂNDIA

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

H417 2022	<p>Hayeck, Marcelo, 1993- Retratos de uma adolescente grávida: desamparo, violência sexual e vulnerabilidade [recurso eletrônico] / Marcelo Hayeck. - 2022.</p> <p>Orientador: Anamaria Silva Neves. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Psicologia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.463 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Psicologia. I. Neves, Anamaria Silva, 1969-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em Psicologia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 159.9</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
 Av. Pará, 1720, Bloco 2C, Sala 54 - Bairro Umarama, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: +55 (34) 3225 8512 - www.pgpsi.ip.ufu.br - pgpsi@ipsi.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Psicologia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico/ número 404, PGPSI				
Data:	Dezesseis de agosto de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	15:49
Matrícula do Discente:	12012PSI022				
Nome do Discente:	Marcelo Hayeck				
Título do Trabalho:	Retratos de uma adolescente grávida: desamparo, violência sexual e vulnerabilidade				
Área de concentração:	Psicologia				
Linha de pesquisa:	Psicanálise e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Famílias incestuosas: interpretações psicodinâmicas sobre os personagens familiares e as histórias de dor.				

Reuniu-se de forma remota, via web conferência, junto a Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta: Professores Doutores: Marisa Aparecida Elias - UFU; Maria Cristina Gonçalves Vicentin - USP; Anamaria Silva Neves, orientadora do candidato. Ressalta-se que todos membros da banca participaram por web conferência, sendo que a Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves, a Prof.^a Dr.^a Marisa Aparecida Elias e o discente Marcelo Hayeck participaram da cidade de Uberlândia - MG e a Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Gonçalves Vicentin participou desde a cidade de São Paulo - SP, em conformidade com a Portaria nº 36, de 19 de março de 2020.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dr.^a Anamaria Silva Neves apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Anamaria Silva Neves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 16/08/2022, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Aparecida Elias, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 16/08/2022, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Gonçalves Vicentin, Usuário Externo**, em 18/08/2022, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3792084** e o código CRC **10B715C1**.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Marcelo Hayeck

**RETRATOS DE UMA ADOLESCENTE GRÁVIDA:
desamparo, violência sexual e vulnerabilidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves

Banca Examinadora
Uberlândia, 16 de agosto de 2022

Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves (orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Gonçalves Vicentin (examinadora)
Universidade de São Paulo – São Paulo, SP

Prof.^a Dr.^a Marisa Aparecida Elias (examinadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (examinador suplente)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

UBERLÂNDIA

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que passaram pela minha vida, inclusive aqueles que já não fazem parte do meu convívio. Não poderia ser quem eu sou hoje se não fossem por vocês.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, ao Instituto de Psicologia e todas(os) as(os) professoras(es) que muito além de contribuírem para me formar psicólogo, fizeram parte da minha formação enquanto ser humano.

Agradeço ao Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini por seu ensino e pelo seu compromisso. A você, agradeço pelo rigor do seu ensino, pela vontade de instigar e disposição de escutar e auxiliar aqueles que te procuram.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Miriam Tachibana (Mirita) por ter feito parte da minha graduação e me dar oportunidade de realizar o meu estágio em docência. A você, agradeço por sua sensibilidade, manejo e didática impecáveis. Além, claro, da sua forma leve de trabalhar temas que são tão difíceis.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Marisa Aparecida Elias por fazer parte deste trabalho enquanto examinadora, mas principalmente por ser uma pessoa tão querida no NUAVIDAS. A você, agradeço por compartilhar o seu modo de fazer na Psicanálise de forma tão aguçada e precisa. Mais, agradeço pela sua atenção e disposição em me ajudar durante os meus momentos de dúvidas. Ainda, há mais, te agradeço pelas conversas livres e despretensiosas que fizeram felizes o meu tempo no ambulatório e nas supervisões.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves por incontáveis vezes e infinitos motivos. Te agradeço desde a graduação até o Mestrado, por diversas perspectivas: por compartilhar o seu trabalho sobre uma parcela da população que é invisibilizada, estigmatizada e deixada de lado; por ensinar sobre o laço e tudo aquilo que nos liga aos outros e ao Outro; por contar sobre a infância e adolescência e, às vezes, por contar de si; mas, sobretudo, te agradeço por voltar o olhar para mim e me acolher, ajudar e orientar. Ainda, te agradeço por vislumbrar um futuro melhor e, carinhosamente, conseguir transmitir a essência da sua visão.

Agradeço aos meus colegas de Mestrado, Lívia, Nei, Andressa, Daniela, Yara e, em especial, Maiza, que me ajudou a dividir angústias, incertezas, dúvidas e, em outros momentos, sorrisos e brincadeiras despretensiosas.

Agradeço toda equipe do NUAVIDAS, Helena, Marisa, Renata e, em especial, à Luzia, preceptora e supervisora que me acompanhou durante o percurso do Mestrado. Sou grato por sua amizade, carinho, cuidado e também por compartilhar o seu saber com tanto empenho. Também agradeço a todos os outros membros da equipe que trabalharam em outros turnos e demais pessoas que passaram pelo serviço deixando sua contribuição a causa, a ciência, a pesquisa e a luta por Direitos.

Agradeço às profissionais, em sua maioria, mulheres, que resistem dia após dia com o seu trabalho no serviço ambulatorial, insistindo em fazer a sua parte para garantir a maior qualidade possível no cuidado e proteção para quem deseja utilizar o serviço público.

Agradeço à Banca de Qualificação e Defesa por todas as suas recomendações. A produção desse trabalho tomou novas cores a partir da contribuição de cada um e por isso agradeço à Prof.^a Dr.^a Marisa Aparecida Elias e Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Gonçalves Vicentin pela disponibilidade e desejo em participar desse momento tão especial para mim. Fico honrado em poder construir esse trabalho em conjunto com vocês.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) por apoiar a realização deste trabalho.

RESUMO

O fenômeno da violência sexual é tema recorrente nos meios de comunicação, mobilizando afetos e opiniões devastadoras, sobretudo ao se tratar da violência sexual cometida contra crianças ou adolescentes com decorrência de gravidez. A gestação de um feto originado no estupro é tema político e governamental atravessado pelos diversos campos do saber, mas que carece de produções científicas para dar voz ao sofrimento dos jovens. O objetivo desta pesquisa foi construir um caso clínico cuja tessitura permita analisar os efeitos da violência sexual na adolescência em vulnerabilidade sob a lógica do desamparo psíquico em interlocução com os impasses sociopolíticos. A metodologia utilizada foi a seguinte: a Psicanálise serviu como teoria, método de investigação e forma de tratamento individual de uma adolescente negra de quatorze anos, vítima de violência sexual intrafamiliar com decorrência de gravidez que desejou se tornar mãe do bebê. A construção do caso clínico permitiu identificar formas de vulnerabilidade e violência vividas pela adolescente em seu circuito familiar e social. A análise do caso permitiu pensar sobre como o desamparo psíquico era atualizado em situações cuja total falta de garantias paralisavam a jovem em uma posição de submissão ao outro e a retiravam do seu direito de dizer a sua verdade. Sem autorização e poder para dizer de si, existe um desamparo discursivo que cerceia a adolescente no estigma de “mentirosa”, porém a organização do serviço público e a escrita do presente trabalho acadêmico conseguem dar voz a jovem – lhe dando pleno direito a voz. Paralelo aos desamparos, a escrita do caso permitiu pensar sobre como as violências e as vulnerabilidades causam uma mutação no laço social, antes promovendo um regime de submissão irrestrita do que um modo de existir permeado pelo cuidado, proteção e prazeres advindos do campo do Outro.

Palavras-chave: adolescência; desamparo; psicanálise; violência sexual; vulnerabilidade.

ABSTRACT

The phenomenon of sexual violence is a recurring theme in the media, mobilizing devastating affections and opinions, especially when it comes to sexual violence committed against children or adolescents with a result of pregnancy. The pregnancy of a fetus originated in rape is a political and governmental theme crossed by different fields of knowledge, but it lacks scientific productions to give voice to the suffering of young people. The objective of this research was to build a clinical case whose lecture allows analyzing the effects of sexual violence in vulnerable adolescence under the logic of psychic helplessness in dialogue with sociopolitical impasses. The methodology used was as follows: Psychoanalysis served as a theory, method of investigation and form of individual treatment of a fourteen-year-old black teenager, victim of intrafamily sexual violence with a result of pregnancy, who wanted to become the baby's mother. The construction of the clinical case made it possible to identify forms of vulnerability and violence experienced by the adolescent in her family and social circuit. The analysis of the case allowed us to think about how psychic helplessness was actualized in situations in which the total lack of guarantees paralyzed the young woman in a position of submission to the other and removed her from her right to tell her truth. Without authorization and power to speak for themselves, there is a discursive helplessness that limits the teenager in the stigma of "liar", but the organization of the public service and the writing of this academic work manage to give a voice to the young woman - giving her full right to voice. Parallel to the helplessness, the writing of the case allowed us to think about how violence and vulnerabilities cause a mutation in the social bond, promoting a regime of unrestricted submission rather than a way of existing permeated by care, protection and pleasures arising from the field of the Other [*l'Autre*].

Keywords: adolescence; helplessness; psychoanalysis; sexual violence; vulnerability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. PSICANÁLISE & ESTÉTICA	26
1.1 Estética e a lógica psicanalítica	26
1.2 Retratos da experiência analítica: a dor do outro	36
2. OS SENTIDOS DA VIOLÊNCIA	47
2.1 A violência para a Psicanálise: crítica e definição nos escritos de Freud	47
2.2 A cultura e a violência sexual: breves considerações sobre a Lei	59
3 ADOLESCÊNCIA, VULNERABILIDADE & DESAMPARO	71
3.1 Adolescência: negação, repressão e emancipação	71
3.2 Vulnerabilidade e as mutações no laço social	84
3.2 Desamparo	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	101
ANEXO A – TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR ENTRE 12 E 18 ANOS INCOMPLETOS	112
ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL LEGAL POR MENOR DE 18 ANOS	114

INTRODUÇÃO

O meu interesse pela pesquisa acadêmica emerge durante a graduação em Psicologia. Ao longo da minha formação houveram dificuldades que envolveram cansaço, pouco dinheiro, longas distâncias de deslocamento, competitividade e incertezas diversas. Não obstante, acentuadas incongruências teóricas, prazos acirrados, revoltas e incontáveis outras sensações que mobilizaram afetos diversos determinaram tempos perturbadores em mim.

Para mais além de tamanhos obstáculos, existiram potências que se fizeram existir e insistir: amigos, experiências de trabalho, professores interessantes, saberes ora distintos outrora complementares, momentos de criatividade e ócio, dinâmicas de grupo, brincadeiras e imprevistos que me fizeram ficar e formar.

Seguindo o caminho esbarrei na Psicanálise por meio de uma querida professora que já não está mais entre nós, Joyce, cuja atenção e sensibilidade me ajudaram em um tempo difícil com diversas dúvidas sobre o futuro. As minhas dificuldades não precisaram ser eliminadas para que houvesse alívio e, aos poucos, me encantei com os estudos psicanalíticos e a psicoterapia psicanalítica da forma como me era possível. Anos mais tarde, busquei unir o que ainda estava desarticulado ao iniciar a prática clínica, supervisões e pesquisa psicanalítica.

Integrando formação acadêmica à formação pessoal, fui desalojado das minhas certezas subjetivas e desenvolvi um outro olhar e uma outra escuta para o mundo. Aquilo que era tão difícil foi mitigado, extraído e transformado em experiência: uma forma de existir registrada a meu modo. Singular, a experiência psicanalítica se fez revelar ao apreender tanto textos de base freudiana quanto autores contemporâneos que enfatizavam a responsabilidade social da Psicanálise. Me servindo da Psicanálise como modo de saber fazer na Psicologia, houve encanto

pela responsabilidade da ciência e profissão e pude vibrar ao reconhecer que o mundo contemporâneo convoca o saber psicológico a pensar sobre o mal-estar atual.

Entre o interior e o exterior – nas entrelinhas do desejo e na força da Psicanálise em decompor os elementos presentes no mal-estar contemporâneo – há um lugar êxtimo. Isso me fez firmar compromisso com a ética de livre uso da palavra e assumir uma postura de defesa pela emancipação dos sujeitos em relação às violências cometidas pelo Outro.

A partir do bom vínculo prévio com o Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (IP-UFU), decidi tentar o ingresso no mestrado e procuro a professora Anamaria, que acolhe e incentiva a minha proposta inicial de pesquisar sobre a adolescência.

Desde o início, houve o desejo de investigar o sujeito adolescente, mas o projeto inicial era outro: antes, os jovens em acolhimento institucional e destituídos de sua família de origem iriam ser o objeto do meu estudo; depois, houve a minha experiência de trabalho no ambulatório do Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (NUAVIDAS) do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU) que me proporcionou estar junto das vítimas de violência sexual. Tal mudança fez atualizar o meu objetivo de pesquisa em investigar os efeitos da violência sexual na adolescência.

O NUAVIDAS é o serviço público de referência regional para casos de violência sexual. O trabalho ambulatorial acontece em equipe interdisciplinar com advogadas, assistentes sociais, enfermeiras, médicas e psicólogas(os). Dentre os serviços ofertados à população vítima de violência sexual há acompanhamento psicológico, assistência social e jurídica, cuidado médico e o processo de abortamento legal previsto no Decreto-Lei 2.848 de 1940. A convergência da atuação dos profissionais supracitados culmina tanto no cuidado da adolescente quanto na

elaboração de um vasto prontuário com a “história da moléstia atual”, a saber, “suspeita de abuso sexual”.

Estar inserido no NUAVIDAS na função de psicólogo membro da equipe, por mais de um ano e meio, me permitiu realizar o primeiro acolhimento institucional e o acompanhamento psicológico de adolescentes e mulheres adultas vítimas de violência sexual. Aliado à prática clínica, houveram supervisões institucionais e a imersão nos estudos sobre a violência desde o seu sentido mais amplo até a especificidade da violência sexual.

A minha experiência junto às pacientes do ambulatório se fez na medida em que o trabalho clínico revelou histórias de sofrimento, singulares e misteriosas, mas também preenchidas por repetições ao ponto de apresentar características gerais do fenômeno da violência sexual. Houveram impressões transferenciais que fomentaram questionamentos como o sentido da masculinidade no mundo contemporâneo; o meu lugar e função enquanto psicólogo homem oferecendo cuidado às vítimas de outros homens; as demais violências presentes na vida dessas mulheres; e os efeitos advindos do abandono afetivo e da falta material.

Todavia, dentre todos os incômodos que senti, destaco o quanto é penoso acompanhar as consequências da revelação de algumas violências sofridas, sobretudo para as jovens. Ante o alívio, em alguns casos, os efeitos cruéis advindos da revelação do segredo que sustenta a violência causaram arrependimentos na vítima e suscitaram dilemas em mim que só puderam ser suportados com o apoio institucional do hospital e dos colegas de pesquisa. Por exemplo, às vezes, o violentador é um dos pilares que sustenta a família tanto de forma financeira quanto simbólica, e a exigência judicial de afastamento do violentador é capaz de mobilizar afetos devastadores e abalar a atual configuração e organização familiar.

Em meio às histórias reveladas no ambulatório, uma delas me instigou a construir o caso clínico. Vorcaro, Vilela & Rezende (2018) dizem que a montagem do caso clínico em contexto institucional permite observar os movimentos do sujeito e a forma como ele se posiciona em relação ao Outro. Fazer o caso clínico é a forma de ultrapassar o que se julga ser impossível, mas desde que o pesquisador mantenha abertura subjetiva ao ser tocado pelos impasses do paciente. As autoras citam o exemplo de uma construção em três tempos distintos: ver; escutar-se; e, enfim, construir.

Assim, o objetivo desta pesquisa é construir um caso clínico cuja tessitura permita analisar os efeitos da violência sexual na adolescência em vulnerabilidade sob a lógica do desamparo psíquico em interlocução com os impasses sociopolíticos.

A perspectiva em destaque no caso clínico psicanalítico está em ver, escutar o outro, mas também em “escutar-se” (Vorcaro, Vilela, & Rezende, 2018), isto é, não perder de vista os efeitos da relação transferencial estabelecida entre paciente, profissional e instituição. O caso é a escrita da prática psicanalítica, decantada, transmitida (Vorcaro, 2003).

O caso clínico deste estudo foi construído com base nos atendimentos de Talita (nome fictício), uma adolescente de quatorze anos, negra, vítima de violência sexual intrafamiliar com decorrência de gravidez e que manifestou o desejo de ter o seu bebê. Estar junto da adolescente, instrumentalizado pelo método psicanalítico, me permitiu interpretar as atualizações no estado de desamparo da jovem. Possibilitando que ela falasse sobre o sentido das suas ações e encontrasse formas de ação para furar à repetição. Mais, ainda possibilitou pensar na conjuntura sociopolítica que sustentou o seu sofrimento.

Convocado a utilizar a Psicanálise para dar sentido ao caso, a minha escrita se tornou inexorável do método. Teoria, método e prática clínica estão presentes na dissertação ao longo de toda a leitura, não havendo fragmentação em blocos de capítulos. Ou seja, apresentarei o caso logo na Introdução e os capítulos seguintes se destinam à análise e discussão.

Freud já justifica essa postura com os seus *Dois verbetes de enciclopédia* (2006/1923[1922]), onde reafirmou o substantivo “Psicanálise” como: (a) o procedimento quase exclusivo pelo qual se investiga o psiquismo humano e o inconsciente; (b) as técnicas derivadas do método dito no ponto anterior, exportadas para o tratamento terapêutico; e, (c) a ciência construída a partir das informações obtidas – o saber produzido. As implicações desse verbete para a produção acadêmica é a orientação de que ao se falar da teoria psicanalítica ou apresentar a análise do estudo de caso, imediatamente se fala do método.

Mendes e Paravidini (2020) alertam sobre o descuido ao reduzir a Psicanálise apenas a um âmbito, já que os autores reiteram a indissociabilidade e a interdependência entre o método interpretativo, o conjunto de técnicas utilizadas e as construções teóricas.

Por fim, o trabalho e a sensibilidade de Karina Acosta Camargo (2016) são tomados por mim como parâmetro para a escrita. A autora escreve a sua dissertação a partir da vivência de violências sexuais sofridas por ela durante a infância e formata o seu texto como uma cartografia – outro modo de se produzir ciência, não mais antecipando os resultados prefixando teorias e metas, mas autorizando o "primado do percurso" (Camargo, p. 13) para guiar a escrita.

Para o leitor entender melhor o meu caminho de pesquisa, eis a apresentação do caso.

Talita foi acompanhada por um ano, tendo sido realizados vinte encontros quinzenais, com duração aproximada de uma hora e trinta minutos, sendo realizados sete em ambiente

hospitalar e treze em atendimento domiciliar. A configuração do acompanhamento foi individual, mas houveram breves contatos com a tia responsável pela jovem e, após o parto, a adolescente foi escutada junto com o seu filho.

Vale considerar que a contaminação da garota pelo coronavírus (Covid-19/SARS-CoV-2), o nascimento do seu bebê e a falta de dinheiro para o transporte ocasionaram hiatos durante o ano em que ela foi acompanhada. Ademais, já anunciando o fim dos atendimentos, nos últimos dois meses de acompanhamento houveram desmarcações e faltas por parte da jovem.

No registro institucional consta uma breve apresentação da história de vida da paciente; o contexto da violência sexual; a tentativa de reconstrução da cena violenta; o ensaio de uma avaliação psicológica; os detalhes do ato; a análise fisiológica e anatômica da paciente com uma investigação pormenorizada dos seus órgãos sexuais, destacando a condição atual do seu hímen; resumindo, tal documento versa sobre os vestígios da violência sexual.

Antes de contar a história de vida da jovem, vale explicar que o nome fictício da adolescente não foi criado por mim, tampouco é aleatório, surgindo devido a uma confusão que me fez crer que esse era o seu verdadeiro nome. Aqui, quem se confundiu – eu ou outro – pouco importa, mas isso marca o nosso primeiro (des)encontro.

A adolescente chega no hospital após idas e vindas. Para tentar romper a dinâmica que sustentava a violência sexual, Talita encontrou ajuda ao contar o que sofreu para a sua prima; por sua vez, contando para a sua tia; e, juntas, indo para a Unidade Básica de Saúde (UBS) que a levaram para o Batalhão da Polícia Militar (BPM), sendo por fim encaminhadas para o NUAVIDAS. Isso significa dizer que em cada parada a jovem foi atravessada pelas instituições

já citadas e incontáveis outras, precisando se haver com toda sorte de afetos, medos e expectativas referentes a alteridade.

Quando ela é encaminhada ao serviço público do NUAVIDAS, conta uma história a respeito da violência sexual que sofreu; e, depois, diz que “mentiu” e conta outra história. Advindo da escuta no ambulatório surge a primeira história relatada por Talita. Cinco meses atrás, ela estava em um ônibus indo visitar o seu irmão pela manhã. Ao descer, foi abordada pelo agressor – desconhecido, portando um canivete, utilizando máscara de proteção e óculos – que a levou até um terreno baldio e cometeu a violência sexual com ejaculação vaginal. Ademais, tudo acontece mediante ameaças direcionadas para si e sua família.

Entremeio à revelação da adolescente e o atendimento ambulatorial existe uma mobilização na tentativa de encontrar o agressor desconhecido. Família e comunidade se articulam para realizar campanhas e repetições da rota tomada pela jovem, mas em vão, pois não foi encontrada nenhuma pista acerca do violentador.

Dentre todos os vestígios possíveis, houve algo inesperado: a descoberta de uma gestação de cinco meses. As informações acerca da violência sexual não coincidiam com a idade gestacional e, ao contar esse fato para a jovem e a sua tia, a equipe se depara com um “choro inconsolável”.

A partir da descoberta da gravidez e separada da sua tia, surge a segunda história de Talita. Ela conta que “mentiu” sobre o agressor desconhecido no ônibus e fala que desde o ano passado o seu primo (filho da sua tia), de dezessete anos, vai até a sua cama todas as noites e insiste para “ter relações sexuais” (violência sexual) enquanto ela pede para ele parar.

Talita não deseja comunicar à tia sobre a sua história e pede para a equipe contar. A tia responsável se mostra nervosa ao extremo e urge os seus questionamentos, pois ela quer saber se foi o seu marido quem violentou a jovem. A mulher relata que fará justiça com as próprias mãos caso o violentador seja alguém de sua família, mas não consegue creditar a autoria da violência ao próprio filho.

A princípio, a jovem recusa a gestação e a possibilidade de ter o filho. Poucos dias depois, após retornarem para o convívio familiar, Talita e a sua tia expressam concordância em manter a gravidez e cuidar do bebê. A tia faz inúmeras promessas à jovem, sobretudo apontando que “vamos superar isso juntas” e que “nada vai mudar”.

Não há como negar a realidade de uma gestação que irá alterar tanto o corpo da adolescente quanto a ordem simbólica que sustenta a estrutura familiar. Se, antes se falava em vestígios – restos – logo irá se falar de uma outra vida humana.

O Conselho Tutelar tomou ciência do caso. Sob perspectiva judicial, Talita é tomada como vítima e o filho da sua tia passa a ser suspeito de ter cometido um ato infracional – nomenclatura utilizada para adolescentes que cometem crimes ou contravenções.

A família que acolhia Talita passou a chamá-la de “mentirosa”, sendo esse núcleo familiar descrito por Talita como “afastados”, pois são muito religiosos e não gostavam de “coisas seculares”, adjetivo que ela utiliza para se referir a pessoas que vão “dançar funk, beber, fumar, essas coisas”.

A tia da jovem se desesperou com a possibilidade de que o seu filho fosse prejudicado e exigiu que fosse feito um teste de paternidade. A jovem consentiu fazer a testagem o mais rápido possível, mas isso só pôde ser feito durante o parto para zelar da saúde do bebê.

Após quatro meses de angústia, há o parto e a confirmação de que o seu primo é o pai biológico da criança. Se, antes, Talita era excluída por parte da família e taxada de “mentirosa”, houve um momento em que a mãe do seu primo lhe pede para manter tudo “entre a gente”. Depois, a jovem ganha uma “festa de princesa” com direito a “robôs gigantes” e as “melhores comidas”, para comemorar o seu aniversário de quinze anos junto com promessas de ajuda material para ela e para o bebê.

Entretanto, a festa não foi exclusiva para Talita. Ela dividiu a comemoração com o casamento da sua tia que é mãe do primo, pai do bebê, além de também comemorar o aniversário de outra prima. Talita me diz que não conseguiu aproveitar a festa, pois “ficou trancada esperando o momento certo de entrar”, já que ela não poderia ver os robôs e toda a decoração antes da hora. Quanto a ajuda material, ela me diz que o dinheiro nunca chegou ou quando ajudavam, o valor sempre foi insuficiente.

Não somente a festa não foi exclusiva de Talita, mas ao longo da sua vida ela teve que dividir os seus objetos e ter a si mesma dividida – fragmentada – entre os outros.

Talita perdeu a mãe aos seis anos de idade e o seu pai desapareceu (literalmente) em algum momento anterior, sendo o contexto financeiro de toda a família marcado por precárias condições financeiras. Desde então a adolescente vive com as suas “tias” que, na verdade, são mulheres que possuem grau de parentesco com Talita, mas não são necessariamente irmãs da sua mãe. Essas mulheres cedem a casa por um tempo e acolhem a adolescente que passa a dividir o quarto com os seus primos(as).

Dentre os seus pertences pessoais, a jovem possui certidão de nascimento e a certidão de óbito de sua mãe (causa da morte: pneumonia em decorrência do vírus HIV/AIDS), não

tendo Registro Geral (RG) e nem Cadastro de Pessoa Física (CPF). A jovem deseja muito fazer os seus documentos de identidade, mas encontra dificuldades que ao longo do nosso tempo juntos também são encontradas por mim na tentativa de articulação com os demais serviços públicos.

A adolescente não possui nenhuma foto de quando era bebê, havendo três fotos de quando era criança, dentre elas uma onde está com uma coroa de princesa, sendo que não há nenhuma fotografia junto dos seus pais. A jovem me conta o quanto lhe é estranho não ter nenhum retrato junto com a sua mãe ou o seu pai.

Dividida e sem retratos, decido guiar a minha escrita por meio daquilo que lhe falta. Me atrevo, arrisco e aposto na possibilidade de escrever a partir de uma metáfora sobre retratos, fotografias que acima de tudo são fragmentos: recorte de uma imagem focalizada em um plano de fundo.

Ao avesso, pelo efeito do par analítico escrevo sobre retratos imbuídos de sentido a partir dos seus fragmentos – restos – que antes eram puro mistério.

Mesmo sem fotos, Talita mantém a memória viva de como a sua mãe era e me conta por repetidas vezes sobre o orgulho que essa mulher tinha em andar com a jovem pelo bairro, dizendo a todos que ela era sua filha, ouvindo em resposta o quanto elas eram parecidas. Aqui, já se anuncia que apesar dos pesares a adolescente conseguiu manter viva a capacidade de se sentir amada pelo outro.

Talita sempre se emociona ao falar da sua mãe e me diz que ela morreu “fazendo coisas erradas”. Fazer errado é uma expressão utilizada pela jovem para falar da sua mãe e de outros membros da sua família, tendo o sentido de “usar drogas”, no caso da sua mãe, e cometer outras

contravenções quando ela fala de outras pessoas. Talita repete que não quer “fazer coisa errada”, justo por saber o resultado de tais ações.

Aquém ou além da mãe, existem outras faltas que a adolescente sente e representam enigmas para ela: o desaparecimento do seu pai; um sumiço de um dos seus irmãos que ela teme estar morto, já que ele foi levado pelo Conselho Tutelar e nunca mais teve contato, apesar de sempre procurar por ele; e a existência de um outro irmão, uma pessoa com deficiência auditiva, que foi adotado por uma outra tia. Há um paradoxo especial: a jovem diz que ele sabe que são irmãos, porém ele não sabe que foi adotado por essa tia e acredita que essa seja a sua mãe biológica.

O acompanhamento da adolescente revela uma série de mistérios que a linguagem concreta responde de forma restrita, “verdades” ou “mentiras”, mas o trabalho analítico revela outra via. Existe uma postura que ética que momento algum tomou Talita por mentirosa: a jovem traça o caminho que lhe foi possível para chegar até a “verdade”. A Psicanálise serviu para investigar o sentido presente nos enigmas de Talita; e, mais, desnudar uma existência que é por si sustentada por mistérios.

Ao estar junto com Talita e utilizar a transferência como mola para tentar (re)estabelecer a sua capacidade de confiar no outro, emerge um mistério basilar nas suas fantasias: “*Será que eu sou adotada?*”; e, depois, surge outro enigma, “*Será que o meu pai está realmente morto?*” ou “*Será que o meu irmão está vivo?*”; e, sendo atualizados no seu presente, será que “*Foi violência?*”.

Outro momento singular permitido pela confiança da relação transferencial é quando a adolescente me diz com grande custo que a sua vida é “*uma história mal contada*”. Essa frase

é dita quando ela articula o paradoxo da história do seu irmão com as várias versões que a sua família contou acerca do desaparecimento do seu pai.

O arcabouço teórico que irá sustentar a discussão dessa pesquisa enfatiza que a adolescência é tanto o marco legal que determina o indivíduo entre doze e dezoito anos de idade (Lei 8.069, 1990), quanto o sujeito púbere da Psicanálise às voltas com suas escolhas, o sexo e a sexualidade (Freud, 2016/1905).

Ao escrever sobre “desamparo” faço referência à tradução de *hilflosigkeit*, condição inicial da vida humana que demanda ao outro sustento psíquico para além do zelo pelo corpo biológico (Freud, 2014/1926; 2014/1927; 2010/1930).

O viés da “vulnerabilidade” é delimitado pela vulnerabilidade social: condição forjada pela sociedade em processos de exclusão e violação de direitos; situações individuais, familiares ou coletivas que implicam em risco de vida; e, principalmente, na omissão dos deveres do Estado (BRASIL, 2005; 2006).

A confecção da pesquisa de cunho psicanalítico convoca a responsabilidade ética da Psicanálise em uma interlocução sociopolítica, dado que não existe divisão estrutural entre indivíduo e sociedade, e se há, é mera representação didática (Freud, 2011/1921). As “políticas”, plurais e coexistentes, são as normas presentes nas redes de relações que engendram o sujeito na cena contemporânea, exercendo poder sobre os indivíduos, ordenando gozo e desejo – produzindo subjetividades e formas de sofrimento (Checchia, 2015; Rosa, 2016; Costa & Costa-Rosa, 2020).

Considerando essas especificidades no objetivo do estudo, a produção deste trabalho foi orientada pela relação transferencial estabelecida com a adolescente que se dispôs a participar

da pesquisa. Tal ato só toma forma ao fazer uso da Psicanálise como subsídio teórico para escrever sobre a minha experiência em conjunção com a dor do outro por meio da transferência – mobilização, redirecionamento e tentativa de elaboração dos afetos (Freud, 2016/1893-1895; 2019/1900; 2010/1912; 2010/1913; 2010/1914).

O ato de dar forma aos enigmas de Talita converge na escrita de três capítulos de análise. Ousamos criar um formato de escrita, ao longo dos capítulos, que pretende organizar o campo teórico com a análise do caso Talita. Para sustentar esse formato, cada parte do texto é sustentada por epígrafes que representaram momentos singulares para descrever e interpretar os retratos de Talita.

O primeiro capítulo é destinado ao campo estético e inaugura o percurso teórico realizado na pesquisa. Tal caminho surge como modo de falar das especificidades da Psicanálise enquanto ciência que permite investigar as qualidades advindas do sistema perceptivo (Freud, 2006/1950[1895]). A análise da percepção destas qualidades adquire lógica em sua conjuntura: as sensações e percepções advindas da relação transferencial estabelecida com a adolescente participante da pesquisa. Ao explorar o sentido da estética em Kant (1790) e o percurso de Freud com as suas investigações estéticas no campo das artes para interpretar os fenômenos psíquicos, sobretudo aqueles da ordem d'*O estranho* (Freud, 2019/1920). Neste primeiro capítulo é apresentado os meus primeiros encontros com Talita. Os estranhamentos e os enigmas da jovem tomam forma na escrita e impelem uma narrativa que faz uso da metáfora. À vista de que a adolescente não possui retratos da sua infância, e sofre de forma íntima com isso, dou título a este trabalho ao delinear, na escuta psicanalítica, os retratos da sua história.

No segundo capítulo é investigado os sentidos da palavra “violência” para a Psicanálise, sendo retomado desde o uso metafórico que Freud fazia deste termo para indicar intensidade

(2016/1893-1895) até a sua compreensão dos efeitos destrutivos na guerra (2010/1915). Para se entender o alcance dos efeitos da violência sexual são utilizados autores contemporâneos que vão ajudar a compreender a extensão da violência intrafamiliar (Cohen & Gobbetti, 1998) e o efeito de retorno ao desamparo que causam nos sujeitos (Neves, Gomes, & Vidal 2014). Ainda neste capítulo é discutido sobre o atravessamento da violência na vida de Talita. Formas diversas de violência que fazem parte do seu cotidiano, arraigadas na sua experiência de mundo e culminam em um impasse: a jovem me questiona se “*Foi violência?*”.

No terceiro capítulo é contextualizado o significado da adolescência, conceituando o desamparo psíquico e a compreensão de vulnerabilidade social. Enquanto o primeiro é compreendido pela pesquisa psicanalítica como o momento inicial da vida humana, marcada pela radical falta de garantias (Pereira, 2008; Menezes, 2012/2008; Passos, Neves, & Menezes, 2018); o segundo é tomado como condição forjada pela sociedade e referente a reprodução de processos de exclusão social e marginalização dos indivíduos (BRASIL, 2005; 2006). Ainda, são articuladas as condições de vulnerabilidade material de Talita em conjunção com as atualizações do estado de desamparo. Dissecando os efeitos do desamparo, são discutidas as estratégias utilizadas por ela. São também retomados aspectos acerca da vulnerabilidade social no Brasil. Por fim, é feita uma interlocução sociopolítica, localizando a vida de Talita para além de um retrato individual: singular, mas parte de um coletivo.

CAPÍTULO 1

PSICANÁLISE & ESTÉTICA

1.1 Estética e a lógica psicanalítica

O que é isso? – É um violoncelo! É o som mais bonito que eu já ouvi em toda a minha vida. Eu ouvia na igreja e tenho muita saudade. Lá eu tocava piano! Quando eu morava com a minha outra tia, sempre íamos no culto, eu sempre gostei de música e queria muito aprender a tocar mais, mas isso foi antes de tudo acontecer. A minha tia não fala mais comigo. Por que ela não fala mais com você? – Ela tem ciúmes porque eu fui morar com a minha outra tia. Ciúmes? – É.

O fragmento acima foi retirado do diário de campo da pesquisa e relata o final do meu primeiro encontro com Talita. Eu havia me apresentado para a jovem, contado sobre a minha função no hospital e me colocado à disposição para escutá-la. Ela se manteve retraída em seu assento e permaneceu em silêncio durante quase todo o tempo que estivemos juntos, mas eu desperto o seu interesse a partir de uma proposta de jogo. Nós brincamos de contar histórias pessoais utilizando um baralho com imagens aleatórias: eu começo, me mostro para ela e, depois, ela se mostra para mim; por fim, surge uma imagem de um violoncelo que me faz indagar a jovem sobre o que era isso que eu estava vendo.

A trama familiar de Talita me captura naquilo que parece estranho em sua narrativa. Ao longo dos encontros surgiram falas reticentes que me causaram incômodo nos cortes bruscos nas histórias da adolescente. Estar junto com a jovem foi perceber o seu olhar desviante, a sua postura retraída e ter a repetida sensação de que as suas palavras remetiam a mistérios, talvez, segredos. A presente investigação sobre a estética enquanto lógica psicanalítica subjacente às qualidades dos meus sentidos foram impelidas a partir disso.

A princípio, este tópico irá apresentar o sentido contido na palavra “estética” tanto para a Filosofia quanto para a Psicanálise. A base filosófica em Kant (1790) é valorosa por abordar as origens conceituais do campo estético e por esse autor ser referenciado ao longo das produções de Freud (2019/1900; 2017/1905; 2010/1915; 2011/1924) para fundamentar o aparelho perceptivo e as funções da consciência.

Estética, advindo do grego *aísthesis*, tem o seu significado corrente atrelado aos sentimentos, sensações e a sensibilidade diante dos objetos do mundo. A sistematização da investigação estética encontra as suas bases na filosofia, sobretudo ao questionar a autonomia do indivíduo e a dependência com o coletivo no juízo de valor das experiências sensíveis. Dentro do campo filosófico a capacidade estética é compreendida como a possibilidade humana em sentir a realidade a priori, sendo determinada a posteriori pela tríade: conhecimento, razão e ética (Rosenfield, 2006).

Kant em sua *Crítica da faculdade de juízo* (1790) inicia a questão estética a partir da compreensão subjetiva de prazer e desprazer. O belo é aquilo que elicia prazer, tendo a imaginação como faculdade que seleciona os elementos da experiência sensível para uma análise cognitiva. A imaginação nesse contexto é tomada como faculdade autônoma, dada a priori. O sujeito sofre o afeto das sensações, subjetivamente, porém, existe a possibilidade deste sentimento ser submetido a uma lógica ao encontrar apoio em uma realidade empírica.

Para este autor, a passagem da estética para o campo lógico ocorre ao tomar as sensações pelo juízo – “união de dois conteúdos representacionais” (Kant, 1790, p. 47) – e não somente pelas sensações do sujeito. Se trata de elaborar a experiência estética a posteriori. O gosto diante do objeto depende de sentir a contemplação como forma de prazer, entretanto, prazer e desprazer dizem respeito tão somente ao sujeito e não a capacidade de apreender as sensações.

A estética em Kant (1790) fica referenciada ao campo do que é eliciado pelas sensações nos sujeitos. O ápice de tensão e crítica do autor reside em tomar o juízo como puro e a universalização do ajuizamento do belo para os outros, pois isso significa pressupor que o outro compartilha a sua sensação de prazer ao mesmo tempo em que se nega a singularidade na capacidade de gostar e contemplar o objeto por livre arbítrio.

Ao fazer a declaração de que “Belo é o que apraz universalmente sem conceito” (1790, p. 64), Kant antecipa uma cosmovisão romântica e tende a racionalizar os objetos da experiência estética. Tal perspectiva deriva de uma teleoformidade: a expectativa de perfeição nas formas e nos fins dos objetos.

As bases filosóficas são valorosas para reconhecer a epistemologia do saber psicanalítico e assim extrair as origens do seu campo semântico para investigação. Há palavras que se repetem na obra freudiana, articulando outros conceitos, por exemplo, “prazer”, “desprazer”, “sensações” e “afetos” vão ser referências para o aparelho psíquico (Freud, 2006/1950[1895]). Ao passo que a noção de belo, grotesco e estranho vai se alternar dentro do campo estético para se pensar no conteúdo do inconsciente (Freud, 2019/1919).

Freud escreve o manuscrito de um *Projeto para uma Psicologia científica* (2006/1950[1895]) estabelecendo o aparelho psíquico baseado em um sistema composto por neurônios, dentre os quais haviam uma classe dedicada a percepção. Ademais, o autor traz a dimensão qualitativa para se pensar nas sensações de prazer e desprazer; sobrecarga de excitação causaria desprazer, enquanto a descarga desse quantum excitatório eliciaria o prazer.

Apesar de ter sido uma publicação póstuma, tal manuscrito aponta a base de um sistema perceptivo consciente que se excita ao entrar em contato com o meio exterior. Sobretudo, um

aparelho que tem excelência em transformar dados quantitativos – “massas em movimento e nada mais” (Freud, 2006/1950[1895], p. 234) – em qualidades sensoriais da consciência.

N’*O chiste e a sua relação com o inconsciente* (2017/1905), Freud retoma autores da filosofia para mostrar a atitude estética como postura de contemplação perante um objeto, posição na qual não se exige nada e se percebe tudo. O autor para apresenta a atitude estética como lúdica e dependente do juízo, ou melhor dizendo, é tida como um juízo lúdico, cujo sujeito encontra liberdade no poder da contemplação.

Não desejar, não esperar nada e apenas abrir os sentidos para contemplar o objeto é a atitude estética. Entretanto, apesar do pensamento filosófico supor que não se espera nada com esta atitude, implicitamente se prevê um desfecho belo e prazeroso ao apontar que “sentimos prazer em sua contemplação e na fruição da representação” (Freud, 2017/1905, p. 137).

Freud (2017/1905) declara entender pouco sobre estética, mas se interessa pelo prazer gerado na despreensão de um alívio chistoso. Assim, postula que o chiste envolve um triângulo: quem fala, quem é falado e quem ouve e se regozija; assim, evoca no espectador uma sensação de prazer. O pensamento analítico interpreta a escolha estética como meio que alivia o sujeito ao dizer o que se deseja a partir da graça, rompendo o recalque inconsciente com a desculpa de não ser nada a mais, mero recurso cômico.

A apreciação estética é outra vez abordada por Freud como aquilo que permite aos sujeitos fruírem as suas fantasias a partir das obras de arte. No texto sobre *O escritor e a fantasia* (2015/1908), o prazer estético é a ressonância das fantasias dos espectadores com a fantasia do artista por meio da sua arte, causando um “prazer preliminar” (p. 186) que rompe as tensões psíquicas.

A contemplação estética se articula com a possibilidade de acesso ao conteúdo do outro ao mesmo tempo em que libera aquilo que há recalcado no sujeito (Freud, 2015/1908). Tanto no chiste quanto na apreciação da arte, aqui já começa a se delinear a teoria sobre aquilo que há de estranho nos sujeitos. Aliás, estranho, mas fascinante.

Ao falar sobre *O interesse da Psicanálise* (2012/1913), Freud reserva um breve tópico para falar sobre o campo da estética. Este trecho busca apontar o uso da Psicanálise na investigação das forças motrizes por trás da criação artística e dos efeitos subjetivos da arte. Tais efeitos são resultantes de uma comunicação inconsciente entre o artista e o espectador da obra cuja linguagem comum se estabelece no nível dos desejos inconscientes.

A arte é uma ação tomada em prol da liberdade – “autoliberação” (Freud, 2012/1913, p. 260) – e a contemplação artística produz efeito semelhante nos sujeitos. Não se trata de uma descarga pulsional total, sequer efetiva, mas de entrar em contato com um objeto que pode mitigar o sofrimento ao mesmo tempo que apraz. Esta forma de comunicação estabelecida faz emergir questões infantis, ou em outras palavras, traz à tona o infantil. Freud, agradece, pois

[...] graças à ilusão artística, símbolos e formações substitutivas podem suscitar afetos verdadeiros, a arte constitui um reino intermediário entre a realidade que frustra os desejos e o mundo de fantasia que os satisfaz, um âmbito em que permanecem em vigor, por assim dizer, as aspirações de onipotência da humanidade primitiva. (p. 260)

Âmbito, no latim *ambitus*, é aquilo que circunda e envolve; é a periferia, o recinto; é o campo ao qual se exerce atividade (OxfordLanguages, 2022a). A arte e a estética estão sendo qualificadas enquanto âmbito, interpretado aqui como a moldura que faz vigorar realidade e fantasia ao mesmo tempo.

Ainda nesta publicação, antes de falar sobre a estética, Freud escreveu sobre o interesse psicanalítico pela construção da civilização e as suas instituições culturais. A Psicanálise permite aproximar ontogênese e filogênese ao apontar a fonte em comum para estes campos, a saber, a metapsicologia dinâmica do aparelho psíquico (Freud, 2012/1913). A convergência é encontrada ao entender o percurso da humanidade como empreendimento para a solução dos seus conflitos, isto é, na tentativa de vincular os desejos humanos insatisfeitos ao domínio e desenvolvimento da realidade.

A estética permanece vinculada a uma pressuposta universalidade do belo e prazeroso, mas aos poucos novos elementos entram em cena: a emergência dos afetos; o desejo e os processos de subjetivação (Freud, 2017/1905); a possibilidade de liberdade no exercício criativo e na contemplação despreziosa da arte (Freud, 2015/1908); a exposição e as tentativas de elaboração dos conflitos humanos; e a história do ser e da civilização com as suas construções simbólicas (Freud, 2012/1913).

Ao observar a linha cronológica da produção freudiana (2017/1905; 2015/1908; 2012/1913), há um trajeto: o foco inicial nas experiências estéticas do sujeito em relação ao outro passa a ser utilizada em uma interlocução sociopolítica daquilo que o autor denomina por cultura/civilização. Anos mais tarde, o autor denomina a “ciência estética” (2010/1930, p.27) como a investigação das condições de percepção humana e taxa a “atitude estética” como os “sentidos” e o “julgamento” em relação “a beleza das formas e dos gestos humanos, de objetos naturais e de paisagens, de criações artísticas e mesmo científicas” (p. 27).

O trajeto teórico realizado aqui apresentou a essência do trabalho psicanalítico em decompor, analisar e elaborar a realidade humana. Ao dar forma a esse ato, a autonomia do

sujeito é colocada em dúvida, mostrando a fragilidade do Eu sequer “senhor de sua própria casa” (Freud, 2014/1916-1917, p. 310).

Isso desaloja o sujeito da suposição onipotente de si mesmo e causa repulsa por ameaçar o narcisismo individual e o sítio civilizatório, Freud (2014/1916-1917) declara: “É por essa razão que não tolera o já referido resultado da pesquisa psicanalítica, o qual preferiria estigmatizar como esteticamente repugnante, moralmente repreensível ou perigoso” (p. 24). À sua maneira, o efeito psicanalítico se faz para o sujeito na ruína das ilusões do Eu.

Introduzindo o sentido da palavra “experiência”, o sujeito da Psicanálise se assemelha a “um sujeito alcançado, tombado, derrubado” (Bondía, 2005, p. 25). Experimentar é sofrer algo que retira o sujeito do poder sobre a existência de si mesmo. Há uma recorrente base semântica do prefixo “ex” para indicar algo que está “fora”: experiência, existência e estranho (*extraneus*) (Bondía, 2005).

Freud faz o ápice das suas investigações estéticas no texto *O estranho* (2006/1919) também traduzido por *O inquietante* (2010/1919) e *O infamiliar* (2019/1919). Os trabalhos já citados aqui mostram a estética como suporte na coexistência entre realidade e fantasia, além de demonstrar a função por trás de uma escolha estética como meio para se realizar algum intento. Antes, apoiado na filosofia, agora Freud busca fincar a sua contribuição com uma parte que fora ignorada pelos outros autores: o estranho.

Estranho, originado no latim *extraneus*, no português brasileiro tem conotação de excêntrico, estrangeiro, espantoso e admirável, inusual. Ademais, aquilo que desperta sensações incômodas ou que escapa ao convívio (OxfordLanguages, 2022b). Esses significados da palavra “estranho” – isso que se faz sentir como incômodo – encaixam com aquilo que Freud

(2019/1919) tenta sistematizar com o conceito de infamiliar: aquilo que um dia já nos foi familiar, mas não o é mais; algo, angustiante e terrorífico, que não mais é bem-vindo a consciência de si mesmo, ao Eu.

Este texto apresenta o infamiliar como domínio da estética e orienta para que a Psicanálise “não restrinja a estética à doutrina do belo, mas a descreva como a doutrina das qualidades do nosso sentir”, sobretudo considerando não somente os “sentimentos belos, grandiosos, atraentes”, mas principalmente aqueles “contraditórios, repugnantes, penosos” (Freud, 2019/1919, p. 50). Ao investigar tais qualidades não cabe buscar elucidar a contradição ou dissolver o horror, mas fazer a sua localização enquanto material que precisou ser negativado da consciência.

Freud vai apontar que a angústia na estética do infamiliar é aquela ligada a elementos que envolvem a “solidão, o silêncio e a escuridão” (Freud, 2019/1919, p. 79), investigados na sexualidade infantil e coexistentes na vida adulta. A ordem do infantil não se apaga com a maturação do corpo e sempre incide no sujeito, basta lembrar d’*O inconsciente* (Freud, 2010/1915), cujos processos “são atemporais, isto é, não são ordenados temporalmente, não são alterados pela passagem do tempo” (p. 93).

A introdução deste trabalho antecipa os pensamentos estranhos e atemporais de Talita. A jovem verbaliza o quanto é estranho e ilógico o seu mistério, mas tão importante que a faz questionar: “*Será que eu sou adotada?*”. Eu caracterizo esse questionamento como basilar, pois ela me diz que “sempre se perguntou” isso. Segundo suas palavras, ela “sabe” a resposta, mas sente a pergunta “será?”. Ainda, o fragmento retratado neste tópico conta sobre a sua “tia”, a mudança para a casa de “outra tia”, os sentimentos de “ciúmes”, a interrupção de relações familiares após “tudo acontecer” e a perda do “som mais bonito” que ela já ouviu em toda vida.

Retomando a teoria, o que permanece opaco é o modo com o qual o conceito do infamiliar e a questão estética podem ser objetos e meios de estudo pela ciência psicanalítica. O caráter científico implica validade, generalização e universalidade, categorias que já capturavam Kant (1790) e o levaram a um movimento de antítese entre a estética e o juízo do gosto pensados como faculdades autônomas.

Se, o sujeito é livre em sua autonomia para contemplar, gostar e qualificar o belo ou o horrível, a beleza não pode ser universal; porém, Kant (1790) a trata pela universalidade, beleza como aquilo que não precisa de conceito, apenas sensação aprazível a todos. O objeto tido como belo flerta com uma metafísica teleológica, isto é, uma explicação que visa a finalidade da existência.

Supor a liberdade incondicional do sujeito e a transcendência na construção do saber são propostas que Freud (2014/1916-1917) recusa e demonstra isso com as suas investigações psicanalíticas, sobretudo aquelas apontadas em suas conferências introdutórias. Kant (1790) e Freud (Freud, 2012/1913) concordam que o sujeito encontra liberdade na apreciação estética; e, se Kant aponta que a imaginação individual é livre para selecionar aquilo que lhe atrai para a cognição, Freud conta que a liberdade se dá no nível permitido pela cultura e considerando as amarras criadas pelo recalque.

A Psicanálise toma o pacto civilizatório como suposto ponto em comum entre os sujeitos submetidos à Lei que instaura a cultura a partir da interdição do incesto. Tal exigência de exogamia com a proibição do incesto é tomada como condição geral para emergência da civilização, ademais subsidiando a repulsa dos sujeitos diante da violação incestuosa (Freud, 2012/1912-1913). Portanto, dentre todas as experiências humanas existe uma que é suposta como universal para todos os sujeitos na cultura: o horror à violência contida no ato incestuoso.

À vista da interdição é válido dizer que entrar em contato com violações do acordo cultural pode mobilizar afetos primitivos que foram recalçados ao ponto de serem inconcebíveis para a vida em sociedade. Os elementos estéticos analisados aqui vão ser aqueles que suscitam afetos estranhos, sejam “belos, grandiosos, atraentes”, “contraditórios, repugnantes, penosos” (Freud, 2019/1919, p. 50), referentes a “solidão, o silêncio e a escuridão” (Freud, 2019/1919, p. 79) e sempre presentes no “interior da realidade comum” (Freud, 2019/1919, p. 77).

A violência sexual sofrida pela jovem aparece dando contorno a sua narrativa, estranhezas à parte, a sua vida era uma “antes de tudo acontecer”. Todavia, existe algo anterior na experiência de Talita que a indaga e a faz sentir desalojada em sua família; contrapartida, ao trazer a sua experiência para a relação transferencial, ela me causa um ímpeto em investigar os sentidos de sentir-se estranha(o) – fora de si e, ao mesmo tempo, a partir de si.

A transferência é o motor do tratamento (Freud, 2010/1913), sendo necessário despertar o interesse de quem se propõe à Psicanálise (Freud, 2016/1893-1895; 2010/1913). Sinto capturar o interesse da jovem a partir de um jogo onde me disponho a mostrar um pouco de mim e ela conta as suas histórias, sendo o seu último conto a causa de um mal-estar que me convoca a iniciar a montagem de um caso clínico.

Este trabalho se faz em transferência diante da dor do outro, decompondo os elementos estéticos presentes na experiência de vida em vulnerabilidade, nas atualizações do estado de desamparo e na violência sexual, não necessariamente incestuosa, mas ainda horrível e interdita. Não obstante, se há um sujeito, existe uma cultura que lhe dá sustento e formas sociopolíticas que engendram o seu sofrimento, sendo a Psicanálise o meio para interpretar algo a mais: trazer à tona o negativo que organiza a cena contemporânea, palco da vulnerabilidade, desamparo e violência.

1.2 Retratos da experiência analítica: a dor do outro

– Depois que a minha mãe morreu eu tive que ir morar com as minhas tias (...) e eu sempre quis ter um quarto. Desde pequena quando eu morava com minha tia Julie eu não tinha um quarto só meu. Era meu maior sonho. Eu tinha que dividir. Depois eu fui morar a minha outra tia Júnia e lá eu também dividia o quarto com a minha prima. Depois, eu fui morar com a minha tia de agora, a tia Julia, lá eu dormia no mesmo quarto com os meus primos e foi lá que aconteceu. Ele vinha na minha cama a noite e ficava insistindo, mas eu não queria... eu não queria... eu não queria.

O trecho retratado acima foi retirado do diário de campo de pesquisa e mostra Talita selecionando elementos materiais da sua vida para falar de si para mim. Durante os nossos primeiros encontros ela se fixa em objetos concretos da sua vulnerabilidade material para contar da violência sexual que sofreu e me mostrar a extensão de sua dor. Meses após conseguir relatar sobre os seus afetos em relação à violência, ela se volta às condições materiais, a morte de sua mãe, o seu vaivém da casa de uma tia para outra e o seu não lugar.

O relato dessa parte da sua história concreta é sobre uma adolescente de quatorze anos que deseja ter o marco de um espaço físico privado – um quarto. Entretanto, a experiência psicanalítica de Talita revela algo a mais, o retrato de uma jovem que busca condições de existir no espaço e em seu tempo.

Este tópico se dedica a articular a lógica por trás de uma escrita pautada na metáfora de retratos na tentativa de “apreensão e visibilidade do real” (Sousa, 2002, p. 144). Para tal ato, há dois pilares fundamentais: a “ciência estética” das qualidades sensoriais (Freud, 2019/1919; 2010/1930) e o manejo da relação transferencial estabelecida entre paciente e terapeuta (Freud, 2010/1912; 2010/1913; 2010/1914; 2010/1915).

Por “metáfora” se entende a reorganização da experiência, descrita de forma simbólica em uma rede de significados tensionados entre o sentido literal e figurado da palavra (Ricoeur, 2000/1975). Freud (2006/1900) articula o desejo humano, a metáfora e as artes na análise dos sonhos que “não se revestem da linguagem sóbria que costuma ser empregada por nossos pensamentos, mas, ao contrário, são simbolicamente representados por meio de símiles e metáforas, em imagens semelhantes às do discurso poético” (p. 211).

A presente produção foi escrita em alegoria à arte de fotografar e isso é justificado tanto pelo uso da metáfora no desenvolvimento da ciência psicanalítica (Freud, 2016/1893-1895; 2006/1900) quanto pela atualidade da sensibilidade estética na compreensão das artes e do inconsciente (Chnaiderman, 2002; Dionísio, 2010; Frayze-Pereira, 2002; 2005; Rancière, 2009) em sua conjuntura sociopolítica (Rosa, 2016; Costa & Costa-Rosa, 2020).

O ponto de convergência teórica é a tomada da estética como meio para romper a “indiferença e insensibilidade” (Costa & Costa-Rosa, 2020, p. 20) nas relações de poder e alcançar os efeitos das políticas contemporâneas na “perspectiva da Psicanálise implicada, aquela em que as teorizações sobre desejo e gozo incluem o modo como os sujeitos são capturados e enredados na máquina do poder” (Rosa, 2016, p.28).

Retomando o objetivo, o intento é analisar o caso de uma adolescência em vulnerabilidade, cuja transposição na escrita revele as especificidades desta juventude e dos elementos que compõem o seu cenário sociopolítico. A fotografia é a captura, o registro e a reprodução de uma determinada imagem em um plano concreto e sensível à luz. Por sua vez, o retrato vale da mesma condição, porém se trata de um enquadre sobre as feições do ser humano, ou por extensão, a descrição de determinado objeto (OxfordLanguages, 2022c).

O rol de metáforas que versam sobre lentes utilizadas para se apreender a realidade psíquica não é inédito no campo psicanalítico. Freud, ao inaugurar a Psicanálise com *A interpretação dos sonhos* (2019/1900), recorre a alusões ao microscópio, a máquina fotográfica e ao telescópio para se fazer explicar o até então desconhecido aparelho psíquico. Foi preciso fazer uso da analogia com estes dispositivos para iniciar as investigações psicanalíticas sobre a vida anímica e se afastar da tentação de fazer uma localização estritamente anatômica dos processos psíquicos.

O conjunto de lentes dispostas no espaço interno destes dispositivos de captura de imagens representariam instâncias, conjurando o meio para a excitação psíquica chegar a algum destino em sequência temporal. Ao fim, Freud (2019/1900) expõe um aparelho psíquico em referência a um sistema óptico, invadido entre partes sensíveis e motoras; permeado por traços mnêmicos.

Para amparar a pesquisa psicanalítica, Freud (2019/1900) fez uso da metáfora enquanto instrumento para atingir os seus objetivos. O sistema imagético descrito dá lugar a representação psíquica em forma de arco reflexo; e o paralelo com o pente torna a teoria viva, inteligível, sendo passível de atualizações a partir de novas descobertas.

As metáforas freudianas sobre as lentes nas quais se vê o mundo são elaboradas para descrever as qualidades da alma humana e servem como pavimento inicial para o presente estudo. Portanto, há uma sólida base para lançar mão de outra metáfora sobre a fotografia.

O retrato é um processo de enquadre onde há um objeto a ser capturado em um cenário específico. Hoje, os meios digitais facilitam o trabalho do fotógrafo e reduzem o dispêndio de

materiais analógicos, enquanto antes o registro fotográfico dependia da sua transposição em um filme negativo.

O negativo [*negativfilm*] de um retrato é composto por uma imagem com as cores invertidas do original e que tem por finalidade a revelação e incontáveis reproduções de uma fotografia. Apesar de não encontrar correspondência de tradução exata no alemão, Freud (2011/1925) dedica o artigo sobre *A negação* [*verneinung*] para investigar a ação do indivíduo em negar um conteúdo inconcebível ao seu Eu – invertendo, ou tecnicamente dizendo, negando parte da realidade psíquica.

Para a Psicanálise, somente pela negativa que se tem acesso ao material bruto que desnuda o funcionamento psíquico. Pela fotografia, o negativo – avesso das cores – é a matriz que permite revelar imagens em um plano fotossensível. Aqui, o texto da negação remete ao estranho, tendo uma passagem onde Freud (2011/1925) escreve que “Para o Eu, o que é mau e o que é forasteiro, que se acha de fora, são idênticos inicialmente” (p. 252).

Ainda neste artigo, Freud se volta à função do juízo tal qual o fez Kant (1790). Conseguir representar psiquicamente o bom, o mau e o estranho dependem do aparelho perceptivo do sujeito e a sua possibilidade de atribuir um sentido qualitativo as experiências, pois “devemos lembrar que todas as representações vêm de percepções, são repetições das mesmas” (Freud, 2011/1925, p. 252).

Se trata de uma forma de examinar a realidade que ao invés de procurar uma percepção real, busca reencontrar aquilo que uma vez foi percebido. O ponto principal é a consideração de que a percepção da realidade pode não ser objetiva: ela se deforma, é omissa e se funde com

infinitos outros elementos. Ao menos, para Freud (2011/1925), assim é o funcionamento das faculdades de percepção e imaginação do sujeito em relação ao seu juízo.

Por fim, a hipótese psicanalítica não toma a percepção do sujeito como passiva: o Eu se envolve de forma ativa no processo de percepção, ou de acordo com a capacidade estética, o Eu imprime uma parte de si sobre a realidade externa (Freud, 2011/1925). Julgamos o outro de acordo com aquilo que é estranho ou familiar ao Eu.

A minha experiência no momento do fragmento retratado nesse subtópico revelou uma jovem sem lugar, me fazendo sentir diante de uma adolescente sem o direito de existir. Aqui, assumindo os riscos de antecipar uma interpretação, era quase como se estivesse diante de uma adolescente jogada de um lado para o outro sem suporte, isso às vistas de sua ida da casa de uma tia para outra.

Meses mais tarde a esse encontro, após me fazer presente, insistir e me mostrar como alguém que estaria lá para ouvi-la, inclusive na sua casa, houve um retorno a esse momento. Ela diz sobre a sua vida ser “*uma história mal contada*”, em seguida, e com tamanho mal-estar ela fala algo muito difícil de se sentir junto com ela, a saber, o quanto ela sempre foi “jogada de um lado pro outro”. Não é difícil ouvir, tampouco ler tais palavras, mas é custoso sentir – saber – em transferência o quanto precisou ser negativado da consciência de sua existência.

Susan Sontag, premiada ensaísta estadunidense, escreve de forma extensiva sobre a fotografia *Diante da dor dos outros* (2003). Se, Freud fala do incômodo causado por um conto no “interior da realidade comum” (2019/1919, p. 77), Sontag (2003) nos indica que “As fotos são meios de tornar ‘real’ (ou ‘mais real’) assuntos que as pessoas socialmente privilegiadas, ou simplesmente em segurança, talvez preferissem ignorar” (p. 20).

Retratar uma história é ato para dar voz e alcance ao sofrimento para todo aquele que se dispor a enfrentar – estar de frente – a dor. O enigma que move a escrita de Sontag (2003) é buscar entender se ao se deparar com o registro fotográfico do sofrimento alheio há sempre a produção das mesmas sensações.

Ver os corpos dilacerados e sem vida de crianças ou vislumbrar quarteirões de prédios reduzidos às cinzas escancaram a face da guerra. Mais, revelam horror e repulsa, pois

Olhem, dizem as fotos, é assim. É isto o que a guerra faz. E mais isso, também isso a guerra faz. A guerra dilacera, despedaça. A guerra esfrangalha, eviscera. A guerra calcina. A guerra esquarteja. A guerra devasta. (Sontag, 2003, p. 22)

Carnificina. Morticínio, diz Sontag (2003).

Entretanto, aquém ou além da imagem existe a legenda, ou em outras palavras, há a informação – contra experiência (Bondía, 2002) – atribuindo significado à cena. Diante da imagem e da palavra, a autora acredita que as reações do público não são idênticas, já que

Fotos de uma atrocidade podem suscitar reações opostas. Um apelo em favor da paz. Um clamor de vingança. Ou apenas a atordoada consciência, continuamente reabastecida por informações fotográficas, de que coisas terríveis acontecem. (Sontag, 2003, p. 35)

Outra valorosa passagem em seu livro é o apontamento de que “as fotos de atrocidades tanto ilustram como corroboram” (Sontag, 2003, p. 227), sendo a ausência de imagens concretas fator para que a civilização perca parte dos seus eventos históricos. A autora cita eventos pouco discutidos na história, por exemplo, o “Estupro de Nanquim” que resultou no “massacre de quase 400 mil pessoas e o estupro de 80 mil chinesas” ou “o estupro de cerca de 130 mil mulheres ou meninas (das quais 10 mil cometeram suicídio) pelos soldados soviéticos” (Sontag, 2003, p. 229) na Berlim de 1945.

As informações sobre fotografia apresentadas até aqui obedecem a forma técnica do ensaio e estão expostas para justificar a razão em se escrever a partir de retratos. Considerando o reconhecimento do trabalho destes profissionais e retomando a proposta deste tópico, além de Freud (2010/1930; 2019/1919) existem psicanalistas contemporâneos que vão se debruçar sobre a estética, a fotografia e a tradução de palavras em imagens e vice-versa.

A analogia entre sistemas ópticos e processos de subjetivação se sustenta pela possibilidade que a Psicanálise nos serve em formar imagens dos discursos e destas vir a extrair o seu sentido. Citando a psicanalista e cineasta Miriam Chnaiderman (2002):

Buscando sensorializar a escuta, o imagético se impôs. O signo verbal passava a ser poesia concreta, a metáfora brotando da concretude da letra. O único referente possível passa a ser a palavra: por meio da imagem da palavra se explora a palavra. Primeiro desenhamos a palavra e depois escutamos o significante. Uma escuta-olhar ou um olhar-escuta: para escutar o desejo é preciso transformar o discurso em imagem, é preciso ter uma escuta que olha. Transformar a palavra em imagem pode ser resgatar nela as qualidades sensíveis das coisas, pois, como afirma Fédida, “as palavras são atividade metafórica das coisas”. (p. 135)

Escuta-olhar e olhar-escuta. Tal qual Sontag (2003) conta sobre a fotografia transformar um fragmento isolado da realidade em algo “mais real” (p. 20), Sousa (2002), psicanalista, qualifica a arte como meio para se oferecer um detalhe do mundo a todos. Especificamente, o autor qualifica a arte como forma de “apreensão e visibilidade do real” (Sousa, 2002, p. 144). Enquadrar uma parte da realidade para apresentar ao mundo é um ato interpretativo que atribui densidade aos afetos desde que o público mantenha os sentidos abertos à experiência.

Aos poucos, Sousa (2002) se volta ao estranho quando aponta o olhar do artista orientado pelas sobras do seu pensamento: falhas, incômodos e dúvidas. A arte e o artista, sujeito e objeto ou pesquisador e caso são revelados a partir dos seus restos: “os projetos iniciais, os esboços recusados, as rasuras, as hesitações, os tropeços” (Sousa, 2002, p. 148).

Não há como cindir a experiência, tampouco a psicanálítica, pois o caso clínico versa sobre o percurso de encontro com o outro (Nasio, 2001). Desarraigar o aparelho psíquico e a sensibilidade estética do pesquisador é ignorar as condições nas quais a pesquisa foi realizada.

Por isso se fala em “resto”: na matemática é tanto o resultado de uma subtração quanto a diferença entre o dividendo e o divisor – restos da divisão; no português é um substantivo que indica as sobras, os remanescentes, os fragmentos e as ruínas – aquilo que permanece.

Frayze-Pereira (2002) é outro psicanalista que vê a arte como experiência de desconforto, mais, ainda como baliza para apresentar a existência de um para outro. A imagem faz adivinhar da mesma forma que se faz ocultar, isto é, a arte convoca o espectador a realizar uma impressão de si sobre o outro à fim de resolver tal enigma. Entre a mobilização de afetos e a transmissão da experiência, Sousa (2002) indica

a responsabilidade do espectador/leitor das obras, pois é neste ponto preciso que ele se torna responsável pelo destino dos ‘atos’, já que, em certa medida, são estes que darão lugar e vida ‘às formas’, são eles que ‘fazem’ a obra. (p. 151)

A obra do artista interpela o espectador. A leitura de um trabalho se torna ato quando o leitor toma a palavra pela via da transferência e dá vida à escrita, imprimindo no outro algo que lhe é íntimo (Sousa, 2002). Para tanto, há necessidade de uma abertura subjetiva, não somente para a apreensão da informação, mas para a tentativa de se fazer experiência.

Entretanto, aberturas subjetivas possuem entraves. A partir de uma posição negativa contra a experiência estética da arte há: a violência como forma de insulto ao trabalho; a ansiedade manifesta pelo mal-estar; e, também existe o silêncio, fruto ora do despreparo, ignorância, ora da perplexidade diante das experiências da morte (Frayze-Pereira, 2002).

A arte contemporânea pode causar uma reorganização sensório-motor no espectador, sobretudo ao expor o “*homo vulnerabilis* –, essa pobre e exposta criatura cujo corpo sofre (...) uma permanente nadificação” (Frayze-Pereira, 2002, p. 264). A percepção do corpo humano – vulnerável por excelência – que retorna ao nada por meio da arte faz aproximar a parte destrutiva da pulsão de morte à consciência.

Ir de encontro à pulsão deixa restos, gerando angústia ao fazer o público se deparar com uma obra que alude à morte. Além das sobras, há o “silêncio”, termo ligado de forma íntima à violência sexual. Entretanto, Frayze-Pereira (2002) lança outro olhar para o silêncio do espectador:

O silêncio como manifestação estética do espectador pode significar não a ausência de linguagem, mas exatamente um tempo de latência, um momento de secreta interrogação sobre a possibilidade da transformação da dor do mundo em reflexão. E, nessa medida, é o trabalho da obra que se desdobra no espaço psíquico do espectador: capturando o visitante, exige dele uma sofrida elaboração para que em seu interior a obra se faça experiência. Nesse caso, o silêncio contemporâneo diferencia-se radicalmente da moderna contemplação. (p. 277)

Entre a Filosofia e a Psicanálise, Namba (2016) aponta a revolução estética causada pelo pensamento freudiano. A autora investiga a análise de que Freud realizava dos artistas e o seu interesse não somente pela produção final, mas por todo o processo de criação. A poesia, as artes plásticas ou a fotografia não trazem em si o teor da ciência, mas apresentam uma lógica criativa e elementos estéticos que são decifrados pela leitura psicanalítica.

Ao introduzir a dimensão do *pathos* na vida psíquica, há uma mudança de paradigma. O inconsciente adquire outro estatuto ao se fazer sair da normatividade clássica da medicina, cujo indivíduo já não é mais compreendido apenas por meio do *logos*. Assim, o inconsciente é estético à vista de que a sua constituição se dá a partir do aparelho perceptivo: sensações que

fazem inscrições, sendo escritas e reescritas sem letras em um corpo fantasmático a partir de uma voz anônima (Namba, 2016).

O ato de ver – perceber a realidade – traz em si uma imbricação com a condição de saber. Rancière (2009) qualifica a estética como “um modo de pensamento que se desenvolve sobre as coisas da arte e que procura dizer em que elas consistem enquanto coisas do pensamento” (p. 11). A sensibilidade estética é a via possível na colisão entre o que a representação e o “modo da palavra que lhe corresponde, o modo contraditório de uma palavra que ao mesmo tempo fala e se cala, que sabe e não sabe o que diz” (p. 35).

Lacan (2005/1962-1963) aprofunda tal perspectiva ao falar que olhar e ser olhado traz o peso de encarar a angústia portada pelo real. Édipo Rei, tragédia tão cara a teoria psicanalítica permite refletir sobre isso, pois quando o protagonista toma ciência de suas ações decide por arrebatá-los os seus próprios olhos.

Édipo não desejava saber mais e não suportava ser testemunha de suas próprias tragédias. O seu desejo era encontrar o silêncio absoluto, sendo excomungado e ignorado pela civilização.

Ao retomar a atuação do personagem mítico, Lacan (2005/1962-1963) lembra que justamente sem os olhos, enfim, Édipo pôde ver. Mesmo sem conseguir olhar, o protagonista não conseguiu se desfazer daquilo que já havia percebido e se pôs em profunda reflexão acerca da sua série de desventuras.

Antes do fim, Édipo suplica pela vida de suas filhas. Não dos seus filhos, pois sabe que esses se encontram em um ambiente farto, enquanto essas estão vulneráveis: tanto pelo peso da trágica concepção quanto pela submissão aos desejos de outros homens, reis e mestres.

A Psicanálise vai se desenhando como uma ciência que constrói um saber sempre parcial a partir dos restos: aquilo que sobra da divisão subjetiva dos sujeitos e a ruína estrutural dos discursos. Apesar de parcial, se faz operar uma verdade, ou ainda pelas palavras de Lacan (1998/1969-1970), “O que se espera de um psicanalista é (...) que faça funcionar seu saber em termos de verdade. É por isto mesmo que ele se confina em um semi-dizer” (p. 50). Semi-dizer, impossível de ser dito por completo; enigmático por excelência.

Se ver – perceber – se articula com o saber e a verdade, a Psicanálise faz com que seja possível voltar os olhos para o negativo que está além do concreto da linguagem. Portanto, surge um meio de acesso aos elementos estéticos presentes na experiência de uma adolescência em vulnerabilidade. Ora, via fugaz em sua essência, já que Lacan (1998/1969-1970) nos lembra que “No ato, seja ele qual for, o importante é o que lhe escapa”; e, via incômoda, “dado pela análise na introdução do ato falho como tal, que é, finalmente, o único de que sabemos com segurança que é sempre bem-sucedido” (p. 55).

A minha experiência inicial junto com Talita aponta para a negativa dos seus afetos, mas ao longo do tempo, e a seu modo, ela confia em mim para contar os seus dolorosos enigmas. Isso que se transforma em dor já havia aparecido antes de forma descritiva, sem alterações no seu humor e na sua postura. Algo que era parte da jovem só que dito por ela como se não fosse sobre si, sobretudo quando ela me contava sobre as violências em sua vida.

O retrato extraído e transposto em palavra permite a aproximação daquilo que é da ordem do insuportável e estranho para o leitor que não teve a experiência de vulnerabilidade em sua morada. Estranheza necessária, sobretudo por explicitar marcas políticas que engendram formas de sofrimento: a vulnerabilidade social e a privação de direitos; a violência sexual; e o impacto de uma gestação que incomoda e desafia a civilização por ser originada na violência.

CAPÍTULO 2

OS SENTIDOS DA VIOLÊNCIA

2.1 A violência para a Psicanálise: crítica e definição nos escritos de Freud

– Sabe uma machadinha? É tipo um machado, assim, tem um cabo e na ponta tem o... Ah, você sabe, né? Então, teve uma vez que eu salvei o meu pai, eu era muito nova, mas eu lembro. A minha mãe ia matar ele. Ele deu as costas para ela e eu gritei com ela para ela parar, senão ela ia matar ele.

– Marcelo, será que o meu pai está realmente morto? – Talita espera uma resposta – Cada um me conta uma coisa sabe, tem gente que fala só que ele morreu, tem gente que fala que ele foi embora, tem gente que fala que ele foi preso... mas... tem gente que me fala que ele morreu queimado, porque ele bebia... eu já ouvi também, uma vez a minha tia falando que mataram ele na rua, muita gente, juntaram e mataram...

Acima, dois retratos extraídos do diário de campo em dois encontros distintos com Talita. O primeiro fragmento, ainda no início da psicoterapia no ambulatório, revelou histórias de uma adolescente atravessada pela violência desde a infância. Não haviam mudanças na sua postura ou a irrupção de afetos que me despertassem um incômodo; para mim, a sensação foi apenas de estar diante da descrição de um evento qualquer sem implicar na dor de Talita.

O segundo momento retratado ocorreu depois de três meses de acompanhamento. Após o parto do seu filho houve tanto a necessidade de resguardo da adolescente quanto a sua impossibilidade de locomoção, sobretudo considerando a sua atenção voltada aos cuidados do bebê. Isso culmina na proposta do enquadre de atendimento domiciliar que a jovem havia recusado em momento anterior, mas aceita após perder o seu único documento e pedir para a

sua tia me ligar. Portanto, comecei a estar junto com Talita em sua casa e dentro do seu primeiro quarto privado.

Para orientar a leitura deste capítulo teórico, já se considera de antemão que a jovem estabelece uma transferência positiva para me direcionar as duas dúvidas, ou segundo ela mesmo diz, “coisas sem lógica” que a fazem sofrer. Mais, ao longo do tempo as suas palavras adquirem um sentido acessível à minha percepção: reticências, pausas, desejo de saber, olhares marejados, conflitos, contradições e toda sorte de movimento esperado de um sujeito dividido e em contato com o seu sofrimento.

Se faz necessário entender a caracterização e os efeitos da violência sexual, mas, anterior ao crime de estupro de vulnerável, Talita teve em sua morada outras formas de violência. Dando justificativa à investigação, foi exposto dois momentos dos meus encontros com a jovem em que a sua experiência de vida revela traços de violência na sua conjuntura.

Este tópico será dedicado ao desenho dos significados da violência para a Psicanálise. Tal qual feito no capítulo anterior, a base para a investigação é a escrita freudiana que se inicia no uso metafórico da palavra “violência” para imprimir urgência à escrita, ou melhor dizendo, para dar conta de descrever a imagem de um evento extremo (Freud, 2016/1893-1895).

Ao longo do tempo, o método psicanalítico – interpretativo – vai servir para analisar não somente o psiquismo humano individual, mas encontrar a sua consonância com a cultura (Freud, 2010/1930). A Psicanálise articula o seu método para criar uma ciência tanto sobre a filogênese quanto a ontogenética humana. Isso culmina no interesse em decompor os fenômenos culturais, atribuindo sentido e reconhecendo os efeitos da pulsão nas formas de manifestação da violência como desejo de destruição do outro.

Freud não eleva a violência ao estatuto de conceito no vocabulário da Psicanálise. Porém, utiliza com frequência a palavra “violência” [*gewalt*] em referência a campos semânticos distintos (2016/1893-1895; 2016/1905). A saber, usualmente com o significado de força, intensidade, poder, potência ou pressão; e, pontualmente, ao expor um fenômeno social que se manifesta no desejo de destruição do outro e no exercício do poder para coagir as pulsões individuais.

A origem desta variabilidade de significados pode ser interpretada como uma banalização do significado da “violência”, mas ante a suspeita é preciso analisar os vieses de tradução na obra freudiana e a sintaxe na sua escritura.

A substituição de *gewalt* por “violência” é amplamente aceita, mas essa palavra também é traduzida por “força” ou “poder”. Outra palavra utilizada com frequência, *zwang*, é majoritariamente compreendida como “compulsão” e “obsessão”, mas também é traduzida por “coação”, “força”, “necessidade”, “obrigação” e “violência” (Freud, 2016/1905; 2010/1930).

Existe um emaranhado de significados que dependem do contexto para adquirir sentido e coerência, mas por conta da estrutura linguística, estão sempre fazendo alusão uns aos outros. Ademais, outra hipótese plausível é o uso que Freud fazia de uma figura de linguagem poética, abastada em metáforas como uma tentativa de se falar sobre objetos abstratos (Teixeira, 2005).

Tal inferência de uma escrita figurada faz sentido ao analisarmos os *Estudos sobre a histeria* (2016/1893-1895), escrito por Freud em parceria com Breuer. Neste trabalho encontra-se expressões que utilizam a palavra “violência” como adjetivo para indicar intensidade e nunca como substantivo, por exemplo, ao explicar sobre dores, sustos, emoções, agitações, irrupções e ânimos sempre adjetivados como violentos. Sequer se trata da “violência” enquanto adjunto

adnominal – aquilo que dá característica ao sujeito. O sofrimento advindo da conversão na histeria parece ser violento, justo por conseguir ser extremo, mas ao buscar significado para além da intensidade, pouco ou nada se encontra com os outros usos da palavra “violência” (Freud, 2016/1893-1895).

Segundo o dicionário, “violência” é: a qualidade daquilo que é violento; ação ou efeito de força física e intimidação moral; aplicação injusta de força e poder; força súbita intensa com origem na fúria e veemência; constrangimento e coação; e o cerceamento de direitos (OxfordLanguages, 2022d)

Costa (1984), em *Violência e Psicanálise*, vai caracterizar a violência como uma ação cujo intento, consciente ou inconsciente, seja o desejo de destruição do outro. Ainda, o autor faz severas críticas aos perigos de se perder em poesias e metáforas ao se falar cientificamente sobre a violência: confundir aquilo que se pretende explicar; buscar apoio teórico em fundamentos frágeis que não se sustentam em um exercício dialético; a naturalização biológica da violência enquanto expressão intrínseca à espécie humana; e o pareamento entre violência e morte que no campo psicanalítico se converte em igualar violência à pulsão de morte.

As críticas são valorosas tanto no campo das Ciências Sociais quanto no desenvolvimento da teoria psicanalítica, evitando que as teorias se tornem estanques. Os contrapontos apresentados devem ser levados em consideração ao longo do que se segue e funcionam como uma ressalva para que os objetivos científicos não se percam em ideologias.

À vista de tal predicado, outra aplicação da violência encontrada nos escritos psicanalíticos ocorre na suposição de um ataque direto por meio do ato sexual. Esta suposta violência é importante para a Psicanálise, visto que Freud versa sobre isso ao falar *Sobre as*

teorias sexuais infantis (2015/1908), ao fazer a *Análise da fobia de um garoto de cinco anos* (2015/1909), nas *Observações sobre um caso de neurose obsessiva* (2013/1909) e ao tomar *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci* (2013/1910).

A cena unânime nestas obras é a de uma criança presenciando ou imaginando o ato sexual praticado por seus pais, tendendo a conceber o coito como uma violência sádica onde um fere o outro; encenando esse evento posteriormente a partir de deslocamentos e demais mecanismos de defesa (Freud, 2015/1908; 2015/1909; 2013/1909; 2013/1910). Tal interpretação do ato sexual como ato de violência dá origem a uma fantasia da cena primária que ao perdurar traz graves prejuízos a vida psíquica, incidindo diretamente na possibilidade de satisfação individual e no relacionamento com os outros.

Entretanto, a suposição da violência está articulada à fantasia e à impossibilidade do aparelho psíquico infantil em dar sentido as possibilidades de um encontro sexual. Dando contorno ao campo do trauma na literatura psicanalítica, Freud (2006/1939) entende como traumático o campo onde o sujeito se depara com um excesso de excitação que não é passível de simbolização. Esta excitação – quantum afetivo – pode ser um evento concreto ou impressões enviesadas acerca de algum acontecimento que o sujeito presenciou.

O trauma se inscreve entre um viés e uma percepção parcial. Freud (2006/1939) em um dos seus últimos escritos, *Moisés e o monoteísmo*, sumariza o conceito de trauma e destaca a posição infantil de se entender o ato sexual como um exclusivo ato agressivo, sádico.

Junto da jovem observo persistir o medo que se instala em todos os encontros. Por exemplo, ela diz que se morasse em uma casa teria muito medo de ser invadida, “entrar ladrão”, principalmente quando ela e o seu filho estivessem lá dentro. Por isso, reitera que teria que ser

um lugar seguro com cercas e, talvez, um cachorro, mas ela tem medo de cachorros grandes. Não somente, pois também teme gatos, chuva, trovões e, acima de tudo, tem medo da maldade das pessoas. Ela afirma que “a gente sabe” que existe essa maldade no mundo e que as pessoas podem fazer algo de ruim com ela, mas o seu maior medo é de que façam alguma maldade com o seu filho.

No vínculo, também pude lhe dizer que “também há pessoas boas”. Tal qual dito na introdução deste trabalho, organizei-me enquanto psicólogo para estar junto à adolescente na tentativa de reestabelecer a sua capacidade de confiar no outro. O acompanhamento psicológico de Talita é sustentado por uma política à vista de uma clínica do testemunho (Turriani, 2017; APPOA, 2018), reconhecendo aquilo que a preocupa sem tentar apagar ou amenizar o passado, assumindo uma postura de livre uso da palavra para falar do seu sofrimento

Nesse processo, a adolescente vai aos poucos acessando um mundo não majoritariamente mal e ela fala sobre aquilo que há de bom. Aos poucos, não preciso mais dizer, pois em momentos mais avançados que ela diz sobre a maldade do mundo, internalizou algo da relação terapêutica e diz por si, “mas tem muita gente boa, as pessoas lá do hospital, você (...)” e menciona o nome de outra psicóloga da equipe.

Aos poucos, ela expressa os seus medos, “as preocupações de Talita”, expressão que eu uso junto com ela quando reafirma as suas inseguranças e, tentando ir mais longe, sempre a questiono “E essas preocupações? Vêm de onde?”. Talita sofre para responder, mas não sabe, apenas sabe que se preocupa. Ela falou de algo além (ou aquém) das suas preocupações concretas e me disse sobre o sentimento – a sensação – de preocupação sobre algo ruim que possa vir a acontecer.

Talita presenciou várias formas de violência em tenra infância e parece insistir o retorno de elementos recalcados, de cunho traumático, atos de violência que dão contorno aos seus enigmas. Além da marca incisiva da sua dúvida, como o caso do seu pai que não se sabe estar vivo ou morto, há um irmão adotado por outra tia em uma situação paradoxal, em que ele sabe que é irmão de Talita, mas crê ser filho biológico da tia que o adotou. Há também outro irmão que foi retirado do convívio familiar e está “desaparecido”. Ao ouvir Talita falar sobre esse irmão desaparecido, incide um mal-estar que a faz repetir sobre ele em diversos encontros.

Esses enigmas parecem fazê-la entoar pedidos de resolução. Aqui, não se pode ignorar a conjuntura na qual os mistérios foram construídos, inextricavelmente atravessado pelas instituições. Na lógica intrafamiliar, na família de Talita haviam constantes mudanças de configuração que pareciam confundir a organização familiar que delimitava o lugar (simbólico e físico) habitado pela jovem na casa em que vivia.

A família não pode ser culpada pela miserabilidade social que incide de forma direta nos cuidados da jovem, tanto na falta de um espaço só seu dentro da sua casa, quanto em demais condições referentes a pobreza (Nascimento; Cunha; & Vicente, 2006; Nascimento, 2012). Portanto, compreende-se que as tias se responsabilizavam e cuidavam de Talita, mas havia uma falta de reconhecimento que a mantinha em uma espécie de limbo.

A ausência de documentos de Talita e a angústia que isso lhe causava evidencia tal impasse. Ao enunciar que “não tem documentos” se faz preciso desmontar essa asserção em toda a sua complexidade. Há uma articulação entre a condição de não possuir objetos supostamente comuns a todos e que permitem transitar no espaço público, mas há que se pensar também o ingresso em uma cadeia simbólica que diz respeito à identidade de si e o processo de identificação.

Faço uma digressão para adentrar a análise. Discutir a história da civilização no regime político nazista é profícuo para se falar das relações entre as formas de violências, as instituições e identidades. A partir de 1939 houve um decreto que obrigou parte dos judeus a assinar seus nomes acoplando “Israel” ou “Sara” como forma de identificação. Ademais, outra estratégia de genocídio nazista foi o ato de apreensão dos documentos pessoais dos judeus por agentes governamentais. Efeito direto dessas ações foram a interferência no aceite ou recusa nos pedidos de vistos para outras nações (Koifman, 2017). Portanto, para alguns judeus, a documentação e assinatura ocupou um espaço determinante de seus destinos.

O lugar simbólico que Talita ocupou nas famílias anteriores não é claro em momento algum, tampouco o tipo do laço que a vinculava a estes grupos familiares. Contransferencialmente, outra vez mais, sou remetido à noção d’*O Estranho* (Freud, 2019/1919) percebendo a adolescente no limite entre parte da família e face forasteira. Já no espaço físico, impossível de ser menosprezado no caso Talita, lhe restou dividir o quarto com os primos mais velhos.

Não é desprovido de sentido quando Talita me questiona sobre a dúvida fantasiosa, “*Será que eu sou adotada?*”. Autores contemporâneos da Psicanálise vão se organizar para defender uma disjunção entre aquilo que há de biológico ao compartilhar material genético nos laços familiares e a certeza do reconhecimento de uma filha(a). Há sólidos argumentos de que a única forma de se adentrar a parentalidade é a partir da “adoção”: tanto pelo ato de adotar um outro não consanguíneo, quanto pela adoção de seu próprio rebento como sujeito livre, capaz de escolhas frustrantes, autônomo em seu modo de existir e fora de um regime inócuo de submissão (Garrafa, 2022/2020; Teperman, Garrafa & Iaconelli, 2022/2020).

Adentra a parentalidade aquele que deseja adotar um outro em filiação, transmitindo heranças e inscrevendo o sujeito em uma ordem simbólica. Isso enquanto se suporta a desaparelhamento entre o filho real, que pode vir a ferir o narcisismo dos pais, e o filho fantasiado, mera extensão narcísica (Dunker, 2022/2020; Rosa, 2022/2020, Teperman, Garrafa & Iaconelli, 2022/2020).

A análise sociopolítica faz ressoar ausências. Se existiu uma instituição que amparou Talita para enfrentar a violência sexual sofrida, no passado, lhe faltaram ou ao menos foram percebidas por ela como faltantes. Alguns exemplos que insistem em ecoar na vida dela são a falta de registro público do pai, a remoção de um irmão da família de origem, a ausência de um sistema jurídico para lhe oferecer suporte ou de um Estado eficaz em garantir os direitos constitucionais para crianças e adolescentes (Constituição, 1988; Lei Nº 8.069, 1990).

Kaës (1988) aponta que é a instituição que sustenta a organização simbólica dos sujeitos. O funcionamento institucional, inclusive familiar, precede o sujeito e traz à tona os seus objetos parciais idealizados e persecutórios, sendo palco para a manifestação dos afetos.

O caso Talita foi delineando situações em que poucas vezes foram ofertados cuidado e proteção de forma incondicional e duradoura para a jovem. Tanto na escrita quanto no vínculo com Talita, busco sustento para os mistérios que a fazem tocar em pontos sensíveis para todos: faltas, falhas e a própria incerteza e falta de sentido do Real. A psicoterapia psicanalítica demanda investimento da parte do paciente para estabelecer transferência, mas exige em contraparte a existência do analista como suporte para os afetos (Lacan, 1998/1958).

Do traumático vem a compulsão à repetição, algo que parece caracterizar “as preocupações de Talita”, mas também há possibilidade de elaboração e mais, ainda, existe uma

impossibilidade de plena recordação. Freud (2006/1939) se refere ao trauma e aos seus mecanismos derivados da seguinte forma: “esses fenômenos (...) possuem uma qualidade compulsiva: isso equivale a dizer que têm uma grande intensidade psíquica” (p. 49). Outra vez mais encontramos expressões que em sua grafia podem parear “intensidade” com a suposta “violência” do ato sexual no cenário do trauma.

Costa (1984) se esforça ao retomar os escritos de Freud e criticar de forma veemente a difusão do pensamento analítico de que todo trauma é violento. O autor equaciona o seguinte equívoco teórico: o trauma é necessário ao indivíduo para adentrar a categoria de sujeito, isto é, dividido e inserido na cultura, presente em um corpo erotizado e fruto do encontro arbitrário com a linguagem. Sendo o trauma sempre violento, portanto, a violência é visceral à natureza e à cultura do ser humano, não existindo motivo para lutar por algo contrário.

Aquele que intenta sustentar o equívoco teórico de que todo trauma é violento há de se haver com a dedução de que a violência é elemento civilizatório e imprescindível à humanidade. Nas entrelinhas é possível perceber que o uso indiscriminado do termo “violência” faz ressonância ao conceito psicanalítico de trauma e a isso devemos nos ater (Costa, 1984). Supor que um indivíduo precisa ser objeto da violência de um outro para tornar-se sujeito é uma grave distorção da ciência psicanalítica e rendição a uma ideologia que justifica o horror nas ações humanas.

Ora, isso remete a noção de “uso” e “abuso” que é impregnada na literatura sobre a violência. Imaginar que o trauma carrega em si a essência da violência é justificar um uso violento e aceitável do outro. Mello (2006), orientado pela teoria construcionista, remonta a história da noção de “abuso” infantil, além de analisar a polissemia por trás do ato de “abusar”

como algo que “Trata-se de um ‘ir além’ (do esperado, dos limites impostos pela Lei, pela natureza, ou pelos costumes)” (p. 108).

O autor esmiuça a dificuldade inerente ao uso do termo “abuso”, por isso sempre o escreve entre aspas, elencando o motivo para a sua utilização como uma forma de “acordo social” (p. 105) para se falar de relações sexuais não consentidas entre adultos e crianças ou adolescentes (violência sexual). Ainda, a palavra “abuso” mantém uma interpretação dúbia devido ao limite entre aquilo socialmente aceitável ou não.

Por mais que haja recorrência literária na palavra “abuso”, o presente trabalho assume uma posição ética de utilizar o termo “violência” para dizer aquilo que se pretende: caracterizar atos conscientes ou inconscientes de destruição ou violação do outro (Costa, 1984).

Existem outras obras que vão dar contorno à ideia de violência. Pensando sobre o caráter sádico, Freud, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (2016/1905) aponta a categoria clínica da perversão como aquela cujo sujeito só encontra o prazer ao subjugar o outro a partir de uma atividade violenta.

A teoria psicanalítica vai ver a exclusividade e a extremidade na erotização da violência como indicativo de uma posição subjetiva perversa. Ainda, o sadismo aparece no texto *As pulsões e os seus destinos* (2010/1915) como forma de satisfação ao direcionar um ato violento – exercício de poder – sobre uma outra pessoa que é tomada como objeto da pulsão.

A título de compreender a extensão semântica da “violência”, há outro significado que faz referência à imposição da norma para o outro. Nos *Caminhos da terapia psicanalítica* (2010/1919), Freud adverte os psicanalistas de que impor ideais pessoais ou tentar transformar

a Psicanálise em uma cosmovisão filosófica para o paciente é um ato violento. Fazer a teoria psicanalítica servir à psicoeducação higienista é uma violência mascarada pela benevolência.

O trajeto teórico apontado neste tópico aponta as considerações de Freud acerca dos efeitos da violência na constituição dos indivíduos. Há: o uso figurado da palavra “violência” enquanto adjetivo de intensidade (Freud, 2016/1893-1895) ou para indicar coação (Freud, 2016/1905; 2010/1930); a fantasia de cena primária como ato de violência para ferir o outro (Freud, 2015/1908; 2015/1909; 2013/1909; 2013/1910); a causa de um evento traumático diante da impossibilidade de simbolização do aparelho psíquico (Freud, 2006/1939); e, no prazer em subjugar e exercer poder sobre o outro com desejos destrutivos (Freud, 2016/1905; 2010/1915) ou na imposição de uma norma psicoeducativa (Freud, 2010/1919).

A descrição apresentada até aqui é referente aos sentidos que a violência vai adquirir no plano individual e existem como pano de fundo das experiências de Talita. Os efeitos da violência culminam na “transformação dos sujeitos desejantes e racionais em meros objetos, desconsiderando-se sua sensibilidade, liberdade e racionalidade e, explicitando a força das relações de poder assimétricas dando sustentação às diversas manifestações de violência” (Libório & Castro, 2010, p. 20). Coisificação do sujeito que pode ser operada tanto por parentes em contexto familiar, quanto por profissionais dentro da estrutura institucional.

Estar junto com a jovem me deu ímpeto em pesquisar sobre a cerne do sentido da violência para a Psicanálise, porém enquanto a ouvia durante os primeiros encontros surge em mim uma dúvida semelhante à da adolescente: será que ela se vê como uma pessoa vítima de repetidas violências para além da violência sexual?

2.2 A cultura e a violência sexual: breves considerações sobre a Lei

– Foi violência? – Talita e a sua tia me perguntam. A sua tia toma a palavra: – Então, Marcelo, eu queria te perguntar se foi violência mesmo porque a família fica falando que não foi e a gente não sabe, estamos com medo. Assim, eu acredito nela, mas é difícil, sabe? Ele não machucou ela. A gente tem medo de falar algo e chegar lá na frente, não ser e dar problema (...)

Converso sozinho com Talita: – Foi violência? Todo mundo fala que não, mas eu não queria... só que ele não fez nada usando força, ele insistia, eu falava que não queria e que não era certo, chegava a noite ele insistia, mas eu não queria... daí a família fica falando que eu inventei tudo, como se eu fiz e arrependi depois, mas eu não queria... foi violência?

O trecho acima se encontra no diário de campo da pesquisa e marca o momento em que fui intimado por Talita e por sua tia para responder sobre a existência do crime de estupro de vulnerável. Ao longo desse encontro elas insistem em saber a minha resposta para se sentirem seguras de afirmar ou não para a família o que houve de fato. Neste subtópico será retomado o trabalho de Freud em interlocução com psicanalistas contemporâneos a fim de versar sobre a Lei e a estruturação do sujeito diante da proibição do incesto.

Estar diante de uma pessoa ou um grupo familiar com medo me trouxe implicações, sobretudo por assumir uma função na instituição do NUAVIDAS. O cenário que compõe esse encontro retratado é o pedido de um exame de DNA que seria realizado pelo sistema público de saúde. Parte do protocolo desse processo envolve assinar um documento e apontar um indivíduo como autor do crime ou ato infracional para que as autoridades responsáveis entrem em contato e colem material genético de ambos envolvidos para teste de compatibilidade. O

sentimento de medo é manifestado por elas a todo o tempo, sobretudo quando pensam no envolvimento das autoridades e das leis do Direito.

O HC-UFU é a instituição que sedia o ambulatório do NUAVIDAS. Portanto, se trata de uma instituição inserida em outra instituição, sendo que instituições são tanto lugares físicos quanto normas de relações humanas. Enriquez (1988) caracteriza a instituição como espaço normativo de socialização e formação de indivíduos de acordo com um determinado padrão de ação no campo social. Ainda, segundo esse autor, a instituição mobiliza desejos, fantasias e projeções.

Os atravessamentos institucionais não cessam: o hospital é vinculado à universidade; o trabalho individual é sincronizado em equipe e orientado por perspectivas interdisciplinares; e, tudo e todos, submetidos às leis do Direito e ao Estado. Nesse contexto existem protocolos que são seguidos no atendimento ambulatorial à vista do cuidado integral – princípio do Serviço Único de Saúde (SUS) (Lei Nº 8.080, 1990) – da população vítima de violência sexual.

Não somente o regime do SUS serve como base para o trabalho. Toma destaque ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei Nº 8.069, 1990) como pedra angular na tensão entre a proteção integral e promoção de direitos da infância e da adolescência. A interpretação da letra da lei do ECA indica parâmetros que acontecem à revelia dos sujeitos e isso cria uma ordem pública, isto significa que crianças e adolescentes não são mais partes exclusivas de uma vida familiar privada, pois passam a ser reconhecidos como membros integrais da sociedade civil.

Existe uma expectativa de que eu saiba dizer, afirmar e me responsabilizar sobre o anúncio da violência sexual. Pelos pontos de vista expostos neste trabalho, sim, houve violência

sexual, porém o método psicanalítico em psicoterapia não me autoriza tomar uma posição de poder e afirmar algo da jovem. Coube a ela encontrar o seu modo de processar aquilo que lhe aconteceu e nomear da forma que lhe fosse possível naquele momento.

Inserido na instituição, tenho a função de ser parte da equipe, oferecendo escuta especializada ao mesmo tempo em que realizo a pesquisa junto com a jovem em formato de caso clínico. Entre tudo aquilo que me cabe, não há prerrogativa para assumir a função de detetive e investigador acerca dos fatos e da verdade material – a investigação psicanalítica se debruça sob a verdade histórica (Freud, 2018/1939[1934-1938]).

Por outro lado, existe uma adolescente e uma família que estão vulneráveis perante leis e instituições que as antecedem e uma outra família que jura inocência. Assim como os vestígios da violência sexual não se apagam, os restos da “mentira” que Talita contou se desdobravam em intermináveis fantasias e questões que causavam incômodo a todos. Por exemplo, ao supor que o autor da violência contra a adolescente poderia ser o seu primo, o marido da sua tia, o desconhecido no ônibus ou, talvez, ainda outro indivíduo.

Ante à “mentira”, interesse-me pela lógica que lhe engendra. A verdade de Talita emerge nos vestígios da violência da mesma forma que a verdade do sujeito é encontrada no conteúdo recalcado. (Re)construída a partir dos restos, ou nas palavras de Freud, a Psicanálise busca “[...] adivinhar, ou melhor, construir o que foi esquecido, com base nos indícios deixados.” (2018/1937, p.191). Tal qual a descoberta da gravidez – vestígio incontestável da violência sexual –, o mistério de Talita é montado justo pelo resto que escapa e não se encaixa em lugar algum da sua narrativa.

Considerando a tensão entre o ato de violência sexual e o seu reconhecimento jurídico e subjetivo como tal, a partir dos sentidos da violência já expostos, resta explorar aquilo que a toma como um fenômeno social e ferramenta política.

Supondo a minha posição como psicólogo/profissional inserido no ambulatório específico para casos de violência sexual e a existência de uma transferência positiva para a minha imagem, há carga afetiva nas minhas respostas. A transferência ocorre quando o analista encarna os afetos do paciente por meio da transferência e os conduz de volta a sua fonte original (Freud, 2010/1912; 2010/1913; 2010/1914; 2010/1915). Mais, a transferência para Lacan (1996/1964) ocorre justo na composição de um sujeito suposto saber.

Quando Talita e a sua tia me perguntam sobre a existência da violência sexual, existem dois parâmetros considerados neste trabalho: as leis do Direito, escritas, reguladoras da sociedade; e, a Lei simbólica da cultura que estrutura o sujeito a partir da interdição do incesto (Oliveira, 2012; Lemos, Neves, & Paravidini, 2015).

Atualmente, as leis do Direitos são referentes a esfera nacional e caracterizam o “crime de estupro” (violência sexual) como “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”, sendo o estupro de vulnerável toda ação de caráter sexual praticada com um indivíduo com idade inferior a quatorze anos ou realizada em sua presença (Lei 12.015, 2009).

Ainda, caso exista uma gestação decorrente da violência, desde 1940 existe a possibilidade de se realizar no serviço de saúde pública o processo de abortamento nos termos previstos por lei (Decreto-Lei 2.848, 1940). Outra alternativa é a entrega voluntária para adoção (Lei 13.509, 2017).

O conceito de violência sexual é construído de forma multidisciplinar pelos diversos campos da ciência, sendo recorrente se deparar com a expressão “abuso sexual” para denotar “violência sexual”. Essa transformação na terminologia é histórica, dado que “violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes” é um termo contemporâneo e antes de 1960 era incomum sequer falar de “abuso infantil”, utilizando a expressão “crueldade com crianças” para indicar toda forma de maus-tratos cometidos contra os jovens (Mello, 2006).

Novas sentenças surgem a partir do século XX para dar conta de abarcar fenômenos sociais vigentes, tais quais “mortalidade infantil” e “delinquência juvenil”. A partir de 1965 foi iniciada a categorização médica da violência sexual, isto é, tomando o fenômeno pela via biológica, investigando os vestígios da violência por meio do corpo e tipificando os violentadores como doentes psiquiátricos e pessoas com comportamentos que feriam a norma social (Mello, 2006).

Nesse contexto houve uma tensão que perdura e causa incômodo até os dias atuais: o modo de se ofertar cuidado para as vítimas de violência sexual; a responsabilidade acerca das investigações e provas referentes ao estupro; a dualidade na compreensão dos violentadores como “mentalmente doentes” ou “viciados” (Mello, 2006, p. 143); e, sobretudo, a disputa entre “homens de famílias honestas” acusados injustamente pela “falsidade das crianças” (Mello, 2006, p. 144).

Talita (re)vive parte dessa história. Os vestígios médicos-biológicos da violência sexual foram determinantes para a jovem conseguir contar sobre o verdadeiro autor da violência, sendo chamada de “mentirosa” por grande parte da família. E, mais, ela diz que “já sabia” que seria chamada de “mentirosa”, por isso “mentiu” até “alguém” (no caso a rede do serviço público) descobrir toda a verdade. No fim das contas, resta para mim a sensação de que ao revisitar o

seu desamparo, a jovem precisou desse outro (“alguém”) como apoio que lhe desse um voto de confiança incondicional.

Todavia, eis a atualidade do mal-estar: a gestação foi um acidente. A dúvida recai ao pensar qual seria o destino de Talita se não houvesse gestação, pois a as violências poderiam perdurar ou, talvez, ela seria tipificada como “mentirosa”, desmentida, tendo suas “palavras enterradas vivas” (Abraham & Torok, 1995 como citado em Kveller, 2017, p. 98).

Em 21 de setembro de 1897, Freud (Masson, 1986) escreve para Fliess uma carta que se torna famosa pela frase “Não acredito mais em minha neurótica” (p. 265). O consenso na interpretação dessa frase não é assumir que Freud via as suas pacientes como pessoas “mentirosas”, mas que havia uma dimensão de fantasia paralelo a possibilidade de uma sedução real.

Freud (1986), escreve os seus motivos para não definir a sedução real de um adulto sobre uma criança como gênese da histeria: (1) “na totalidade dos casos, o pai, sem excluir o meu, tinha que ser acusado de pervertido” (p. 265); (2) “A incidência da perversão teria que ser incomensuravelmente mais frequente do que a histeria dela resultante” (p. 265); (3) “não há indicações de realidade no inconsciente, de modo que não se pode distinguir entre a verdade e a ficção” (p. 265); e, (4) “a lembrança inconsciente não vem à tona, de modo que o segredo das experiências da infância não é revelado” (p. 266).

Essa carta ajuda a refletir parte do conflito psíquico entre acreditar ou não no relato de uma violência sexual, tanto por aspectos relativos à capacidade da memória, quanto na dificuldade em perceber o semelhante (“homem”, “pai”, “pessoas honestas” ou qualquer outro

significante que permita identificação) como sujeito capaz de violentar sexualmente de crianças, adolescentes ou quaisquer outras pessoas.

Freud, por exemplo, tinha pai, irmãs e da mesma forma também era pai. O recalque inerente ao pacto civilizatório faz com que seja inconcebível cogitar a possibilidade na sedução de uma criança pelo adulto, fazendo até mesmo o pai da Psicanálise erigir defesas e racionalizar a sua experiência clínica.

Nota: Freud (2016/1905) foi adjetivado de “pervertido” por escrever cientificamente sobre a sexualidade infantil, é preciso refletir sobre qual seria o custo (e qual é o custo atual) em se denunciar a frequência das violências sexuais intrafamiliares. Mello (2006) escreve sobre o discurso social acerca da pureza infantil e o apelo midiático causado pela palavra “abuso”, eliciando na população ações de vingança e justiça em um plano individual que além de destrutivos são desprovidos de julgamento digno.

A Lei da cultura é abordada por Freud em *Totem e tabu* (2012/1912-1913) ao retomar a metáfora de Darwin sobre a horda primitiva. Tomado como dois lados de uma mesma moeda, o horror e a excelência da humanidade são expostos: a deposição do violento pai da horda via a violência parricida e a instauração da cultura por meio do pacto com a Lei.

A violência é o denominador comum eleito por Freud (2012/1912-1913). Desde a posição toda poderosa que o suposto pai mítico ocupava na organização social até a forma com a qual os seus filhos o assassinaram para ter acesso ao seu modo de vida. Advindo do crime, a Lei é forjada a partir da culpa, tendo o respeito à exogamia e a proibição do incesto como as bases do pacto civilizatório.

Entretanto, outra vez mais, Costa (1984) traz à tona o mal-estar ao apontar a fragilidade do mito e a inconsistência em sua escritura. Frágil, pois o desejo em preservar a vida e o medo de uma aniquilação total são prerrogativas suficientes para se formar a Lei; e inconsistente, uma vez que o mito infere não haver Lei prévia a morte do pai, portanto, não sendo crime o assassinato e tampouco derivando culpa e remorso suficientes para se firmar um pacto.

Freud, ao fazer as suas *Considerações atuais sobre a guerra e a morte* (2010/1915), traz os efeitos de desilusão na violência marcial. A guerra faz os sujeitos se verem como ínfimos perante a destruição, inibidos, pois estão perplexos diante da magnitude bélica. Frente a isso, o sujeito se apega ao menor e mais banal objeto que lhe dê um mínimo de segurança física ou psíquica.

A guerra descrita por Freud (2010/1915) é sangrenta e devastadora, violenta, cujo efeito é a morte para os seres e as instituições. Não há ética, sequer consideração pelos monumentos erigidos pela civilização: artes, morais, ciências, intercâmbios, direitos, propriedades e religiões; a guerra não se importa com a Lei.

A escritura freudiana é específica ao tratar da violência no contexto da guerra, porém podemos pensar de forma análoga a violência contemporânea.

A guerra desilude ao romper com aquilo que é pressuposto: o pacto civilizatório. O pacto é pressuposto, mas incerto, ora o fator humano – inconsciente e pulsional – impede a sua garantia. Outro sentido que cai e deixa de iludir é a divisão entre os povos “bárbaros” e “civilizados” que nada significam, a barbárie pode irromper na nação suposta como mais civilizada. Ainda, Freud (2010/1915) adverte que os efeitos da violência na guerra perduram após o seu fim, já que “destrói todos os laços comunitários entre os povos que combatem uns

aos outros, e ameaça deixar um legado de amargura que por longo tempo tornará impossível o restabelecimento dos mesmos” (p. 161).

Entre a Lei e as leis existem um intercambio às vistas de que o sujeito se insere nas leis da sociedade a partir da Lei. Não se submeter as leis sociais ou invocar o desrespeito e a desobediência a certas leis, não rompe necessariamente com o pressuposto da Lei (Oliveira, 2012; Lemos, Neves, & Paravidini, 2015).

A proibição do incesto é tomada como fator estruturante do sujeito e demarcadora de posições familiares. Especificamente, a violência sexual intrafamiliar ocorre em âmbito de segredo e no silenciamento das vítimas. Quanto a “família” essa não se limita aos laços consanguíneos, mas toda relação permeada por funções sociais de parentesco. Mais, ainda existe a denominação do “incesto polimorfo” ao abordar a existência de relações sexuais entre membros em posições assimétricas de poder um sobre o outro (Cohen & Gobbetti, 1998)

Nesse contexto, o consentimento ou não das relações sexuais entre membros da mesma família ou sujeitos inseridos em relações assimétricas de poder é alvo de questionamentos. A conjuntura da violência sexual intrafamiliar envolve tanto a possibilidade de repetição de violências já vividas quanto uma dinâmica familiar que pactue com a organização incestuosa dos sujeitos (Cohen & Gobbetti, 1998).

Quando Freud (2010/1915) fala da violência na guerra que “destrói todos os laços comunitários” (p.161) dá indícios da potência contida no laço com o outro. As histórias de violência sexual, sobretudo intrafamiliar, apresentam uma mutação desse laço social na organização psíquica das vítimas. O laço que deveria ser protetivo para o pacto social, passa a

impelir os indivíduos ao desamparo, isto é, no retorno a uma condição prévia de total falta de garantias (Neves, Gomes, & Vidal 2014).

Estar junto com Talita e ouvir a sua história de vida é ter a sensação transferencial de estar diante de uma jovem na radical falta de garantias subjetivas em íntima relação com a sua vulnerabilidade social e material. Tanto a adolescente quanto a sua tia responsável me compõem enquanto figura que detém um saber ao me direcionar o questionamento: “*Foi violência?*”.

A dúvida encontrada por Talita não é simples de se responder. Seja pela construção histórica da noção de violência sexual que coloca as mulheres e jovens como “mentirosos” perante “homens de famílias honestas” (Mello, 2006, p. 144) ou pela ideia quase paradoxal de consentimento como capacidade genuína de livre escolha.

É preciso liberdade para conseguir consentir, mas só há liberdade se antes houver capacidade de escolha. Consentimento e liberdade ocorrem juntos, sendo incompatíveis diante de uma rede de relações composta por assimetrias, opressões e dominações (Lowenkron, 2015). Mais, até as escolhas e preferências individuais são passíveis de questionamento, pois não se nasce autônomo.

Ao se tomar o plano sociopolítico, a antropóloga Lowenkron aponta a polissemia do termo “consentimento”, envolvendo “liberdade, acordo, contrato e adesão, de um lado” e “subordinação, aceitação, submissão e reconhecimento de uma autoridade estabelecida, de outro” (2015, p. 230). Dentre as interferências no consentimento, citamos: cultura, formas de educação e transmissão do conhecimento, emoção, discernimento, capacidade de resistência, ideologia, moral, ética e, imprescindível ao caso Talita, as vulnerabilidades.

O crime de estupro de vulnerável (Lei 12.015, 2009) que indica o “estupro presumido” sendo todo ato sexual realizado em adolescentes com menos de quatorze anos tem a recorrente defesa pautada na destituição da pureza infantil. Por meio de um viés moral, há casos em que o violentador foi inocentado por magistrados mediante “aparência madura”, “experiência sexual precoce” e aparente falta de “pureza, inocência e fragilidade” (Lowenkron, 2015, p. 237; 2016) da vítima criança/adolescente.

A tensão criada se dá na conveniência dos parâmetros de julgamento, ora pelas leis do Direito, ora por ideais moralistas. Ambos os casos, o trabalho de Lowenkron (2007; 2010; 2015; 2016) indaga o lugar da agência do indivíduo fora das relações de poder jurídicas ou morais. Ver o ser enquanto agente é vê-lo como sujeito desejante, capaz e portador de potência para realizar as suas vontades.

O tensionamento ocorre ao pensar a garantia de direitos e deveres ao mesmo tempo que se considera as crianças e adolescentes como indivíduos políticos, membros integrais da sociedade e com direito a voz. Lowenkron (2016) traz luz ao debate questionando em nome do quê ou de quem se faz estandarte:

A questão relevante a ser investigada a partir disso é se esses artifícios têm sido realmente efetivos para proteger crianças e adolescentes de carne e osso do abuso e da violência ou se tem servido antes para resguardar o ideal moderno de infância pura, inocente e vulnerável, que historicamente tem servido ora para legitimar a exclusão dos menores que não correspondem a esse ideal do direito de proteção, ora para disciplinar o exercício da sexualidade juvenil, justificando o controle (algumas vezes violento) em nome da proteção.

Retomando o caso, antes de lançar interpretações particulares acerca do sentido presente no questionamento de Talita sobre a ocorrência da violência, se fez necessário compreender a história por trás da noção de violência, violência sexual e a ideia de consentimento. Aqui, por

meio da Antropologia, Direito, História, Psicanálise e demais Ciências Sociais fica evidente a dificuldade de Talita e, talvez, de outras vítimas de violência sexual em firmar uma posição, realizar as denúncias e sair do ciclo de violência.

Quanto ao particular de Talita, moldado por esse passado, o desamparo se articula as minhas sensações diante de Talita e as suas experiências de violência e a violência sexual. Quando a jovem diz que “a gente sabe” que existe a maldade no mundo, reflito sobre quanto a jovem entra em contato com as relações de poder que historicamente subjugam quem ela é: mulher, negra, adolescente, pobre, “sem pais”, “sem família”, sem documentos.

A narrativa teórica proposta até agora contém um fio condutor: o meu estranhamento e a minha incerteza diante dos mistérios de Talita. Primeiro, havia um crime de violência sexual cometido por um estranho; depois, houve um ato infracional cometido pelo seu primo dentro do seu suposto lar. Todavia, casa esta que não lhe proporcionava um quarto só seu e que era fugaz: de uma tia para outra tia. O destino do seu pai lhe era incerto e a única certeza era a morte de sua mãe. Na minha experiência diante desse retrato inóspito, faço caminho ao me aprofundar na teoria sobre o desamparo de Talita.

CAPÍTULO 3

ADOLESCÊNCIA, VULNERABILIDADE & DESAMPARO

3.1 Adolescência: negação, repressão e emancipação

– Eu já tenho uma faculdade de maquiagem paga, lá no shopping. Aquela moça que me ajuda pagou, lembra? Ela gosta muito de mim e do meu filho.

– Você gosta de maquiagem?

– Sim, muito, eu gravo uns vídeos pro TikTok, mas a câmera do meu celular é ruim. Eu queria ser famosa, quer ver?

– Quero! – (Talita se senta bem próxima a mim e começa a mostrar diversos vídeos que ela fez).

Acima, a cena do dia em que Talita decidiu me contar sobre os seus sonhos, fantasias e planejamento para o futuro. Sonhos, pois há desejo; fantasias, já que ao longo do tempo a fama é tratada pela jovem de forma parcial, sem saber dizer sobre os efeitos da fama na sua realidade, mas portando uma potência que lhe traria felicidade plena; e, sobretudo, planejamento, uma vez que ao longo dos nossos encontros a “faculdade de maquiagem” – ideia fragmentada – se transforma em um “curso de estética” que pode vir a ser reconhecido socialmente como um curso de nível superior.

Após o parto houve uma mudança no enquadre psicoterápico de Talita e passei a escutá-la na sua casa e não mais no hospital. Além do novo enquadre e outra percepção acerca da jovem e do seu contexto, houve uma proximidade maior que culminou na adolescente contando mais de sua rotina e os seus gostos, vontades, contradições, temores e, sobretudo, o seu desejo em cursar uma “faculdade de maquiagem”. Aos poucos ela começa a se referir a faculdade como “curso de estética” coincidindo, sem saber, com as primeiras incursões e investigações teóricas neste trabalho.

Após versar sobre a estética e os sentidos da violência, este capítulo se dedica à compreensão da adolescência na cena contemporânea em articulação com a vulnerabilidade social e o desamparo psíquico. Se diz do sujeito adolescente marcado por períodos históricos e formas políticas, isto é, articulado com as ciências antropológicas e não somente delimitado pela tríade biopsicossocial (Pinto & Firmento, 2010; Ungaretti, 2010). Ademais, existe o marco legal da adolescência como período entre doze e dezoito anos de idade (Lei 8.069, 1990).

A adolescência é o período em que os jovens se deparam com a relação sexual e percebem as falhas parentais, mais especificamente, o engodo na função que os pais têm em garantir proteção total contra as intempéries da vida (Alberti, 2009/1996). Esse período é tomado como tempo lógico em que o sujeito encara a falta essencial ao Real (Ferrão & Poli, 2014). Ainda, há marcos simbólicos da adolescência, cuja cultura organiza ritos de passagem entre a impotência da infância e a plena participação nos eventos dos adultos (Viola & Vorcaro, 2015).

O sujeito adolescente sai da infância ao reconhecer a existência fundada no desamparo. Isso empurra o sujeito a criar identificações fora do núcleo familiar; sentir a si e ao outro em ambiguidade; questionar a autoridade total do indivíduo e os sentidos supostos como inerentes ao mundo (Oliveira & Hanke, 2017).

Considerando escrever sobre a experiência da adolescência em vulnerabilidade, marcada pela violência sexual e gravidez, se faz uma discussão tensionada entre a proteção dos jovens e a garantia de direitos constitucionais e reprodutivos em conjunção ao livre exercício e expressão da sexualidade (Melo, 2010; Ungaretti, 2010). O rol de teorias antropológicas, históricas, políticas e biopsicossociais são postas em dialética junto à Psicanálise.

Freud, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (2016/1905) vai parear a adolescência ao período de puberdade marcada por uma perspectiva de desenvolvimento por etapas, a saber, fases psicosssexuais intercaladas por um período de latência que tem por destino final o primado da zona genital. Ainda, o que se faz atual e incômodo na escrita freudiana é a compreensão do que se quer dizer quando se fala sobre “sexualidade”.

Há um esforço na obra de Freud (2016/1905) em ampliar o conceito de sexualidade para abarcar a “importância da vida sexual em todas as realizações humanas” sem recorrer a um “pansexualismo” (p. 18). O autor alerta que o horror das críticas contra a sexualidade “deveriam ter em mente como a sexualidade ampliada da psicanálise se aproxima do Eros do divino Platão” (p. 18).

Platão n’*O banquete* (1972), elabora a dialética para falar sobre o “Amor” concebido na Psicanálise como manifestação de Eros. Ao longo do discurso platônico, o amor é colocado como possível melhor expressão da natureza humana, indispensável à apreciação do “Belo”, expresso pelo culto à Afrodite. Mais, o amor é escrito como condição de toda origem:

(...) primeiro nasceu o Caos (...) depois do Caos foram estes dois que nasceram, Terra e Amor. E Parmênides diz da sua origem bem antes de todos os deuses pensou em Amor. (...) de muitos lados se reconhece que Amor é entre os deuses o mais antigo. E sendo o mais antigo é para nós a causa dos maiores bens. (Platão, 1972, p. 9)

O amor e o belo beiram à ascendência divina na medida em que o “feio” se aproxima do sentimento de vergonha. Porém, as ações humanas e as experiências estéticas não são “em si e por si nem belo nem feio, mas se decentemente praticado é belo, se indecentemente, feio” (Platão, 1972, p. 14), ou seja, a ação existe em julgamento pela cultura.

Para dar contorno à noção de sexualidade junto ao Eros de Platão, Freud (2016/1905) versa sobre posturas ativas e passivas frente aos objetos, a diferenciação entre si e o outro, os sexos e as gerações, sendo que ainda há uma passagem onde o autor conta sobre “inibições da sexualidade (vergonha, nojo, compaixão etc.)” (p. 138), incluindo a “moralidade” (p. 58), a “moral” (p. 62) e os “ideais estéticos” (p. 80) à sexualidade.

A sensação de vergonha atravessa o texto de Freud (2016/1905) e encontra símile no discurso de Platão (1972):

À vergonha do que é feio e ao apreço do que é belo. Não é com efeito possível, sem isso, nem cidade nem indivíduo produzir grandes e belas obras. Afirmo eu então que todo homem que ama, se fosse descoberto a fazer um ato vergonhoso, ou a sofrê-lo de outrem sem se defender por covardia, visto pelo pai não se envergonharia tanto, nem pelos amigos nem por ninguém mais, como se fosse visto pelo bem-amado. E isso mesmo é o que também no amado nós notamos, que é sobretudo diante dos amantes que ele se envergonha, quando surpreendido em algum ato vergonhoso. (p. 10)

Transpondo esse fragmento para a atualidade da ciência psicanalítica se esbarra na noção de norma e cultura. Amar, investir no outro, bancar o custo de tal investimento e sofrer as consequências desse amor, represando pulsões e temendo envergonhar o objeto amado é parte da força que une a civilização (Freud, 2010/1930).

Amor que para Platão (1972) é fácil de se entender na pólis, mas banido

Entre os bárbaros, com efeito, por causa das tiranias, é uma coisa feia esse amor, justamente como o da sabedoria e da ginástica; é que, imagino, não aproveita aos seus governantes que nasçam grandes idéias entre os governados, nem amizades e associações inabaláveis, o que justamente, mais do que qualquer outra coisa, costuma o amor inspirar. (p. 13)

Ora, Platão (1972) produz uma crítica sociopolítica sobre normas que fixam o sujeito em uma posição de submissão, pois

Assim, onde se estabeleceu que é feio o aquiescer aos amantes, é por defeito dos que o estabeleceram que assim fica, graças à ambição dos governantes e à covardia dos governados; e onde simplesmente se determinou que é belo, foi em consequência da inércia dos que assim estabeleceram. (p. 13)

A virtude de amar por Platão (1972) se aproxima tanto da sexualidade quanto da cultura descrita por Freud (2016/1905; 2010/1930). Sexualidade que não se resume ao sexo, mas é composta por metas sexuais a serem cumpridas mesmo que de forma inibida. Por isso a Psicanálise advoga que essas metas podem ser recalçadas, sublimadas e deslocadas para infinitos outros fins dispostos pela cultura.

A sexualidade está mais associada à fruição da vida humana do que limitada ao ato sexual em si (Freud, 2016/1905). Ademais, sexualidade humana é articulada aos caminhos possíveis para as pulsões, não reduzindo as ciências da sexualidade à reprodução (Freud, 2014/1916-1917).

Estar junto de Talita no hospital me permitiu conhecer parte da sua história, mas havia um sentimento estranho em mim: era como se ainda faltasse conhecer quem era aquela adolescente para além da violência sexual sofrida. Se a violência lhe retirou a possibilidade de escolher e negar algo para o outro, quais seriam as suas outras escolhas na vida?

Somente em sua casa, Talita me apresenta com orgulho a variedade dos seus objetos sem o viés do contexto ambulatorial da violência sexual: o seu primeiro quarto isolado, pintado com tinta azul especialmente para ela; o celular que mesmo quebrado que lhe permite ver e gravar vídeos; os bens que ganhou para si e seu filho; o pôster, presente da sua festa de quinze anos; as três fotos de quando era criança; e, os seus primeiros pertences de vida, a certidão de óbito da sua mãe junto à sua certidão de nascimento. Cada objeto é imbuído de valor, em termos técnicos, ela dá sentido e investe parte de si nesses objetos.

Talita não desejava o atendimento domiciliar nem antes (quando lhe faltou dinheiro para ir ao hospital), nem depois do parto (quando não poderia se locomover até o hospital). Eu havia me oferecido por mais de uma vez para ir até a sua casa, mas ela foi firme em negar. Inclusive, quando eu me preparava para o seu pós-parto, ela elencava motivos para não me autorizar a ir até a sua casa. Estes movimentos me despertaram sentimentos contratransferenciais complexos: será que a jovem não confiava ou gostava de mim, ou talvez, não via sentido no nosso trabalho?

O seu filho nasceu no domingo e na semana anterior eu havia perguntado se ela gostaria que eu fosse vê-la no dia após o parto, Talita me deu o seu consentimento e eu fui até o hospital. Fiquei mais ou menos uma hora junto com a sua tia e ela que estava bastante sonolenta por conta do trabalho de parto e medicação. Quando fui embora ambas me agradeceram por ter ido ao hospital e a jovem me perguntou se eu estava trabalhando, digo que não e que fui apenas para vê-la.

No dia seguinte, quando ela foi embora para a casa, perdeu a sua certidão de nascimento no *Uber*. Isso fez com que a jovem tivesse outra vez mais um “choro inconsolável” e a sua tia me ligou pedindo ajuda. Conversei com a adolescente, pensamos em estratégias para recuperar a sua certidão de nascimento, amenizando sua angústia. Antes de desligar, perguntei se poderia ir à sua casa para conversarmos pessoalmente e ela aceitou.

Foi assim que se instalou o enquadre de atendimento domiciliar. Na semana que se seguiu eu fui até a sua casa e além de poder capturar a história da adolescente em novos cenários, houve uma amostra do cuidado de Talita: uma cadeira separada; uma garrafa com água; às vezes, um umidificador ligado; e sempre havia um ventilador que rotacionava em ângulo majoritariamente virado para mim.

Chamava a atenção o modo peculiar que Talita me tratava, acenando para a sua capacidade de cuidar do outro. Por exemplo, houve um dia no hospital em que apresentei um jogo de tabuleiro para a jovem, ela pegou a caixa e explorou o seu conteúdo com singular apreço. Desde colocar a caixa e a sua tampa em um lugar determinado, removendo peça por peça, organizando e montando tudo da melhor forma possível e até pegando o folheto de regras, lendo para mim.

Adiante, tanto a sua vulnerabilidade quanto a sua capacidade de cuidar fez mais sentido no dia em que ela me disse o motivo de tomar banho durante a tarde (e, às vezes, me pedir para chegar mais tarde). Na casa da sua tia moravam vários primos adolescentes que não trabalhavam e não conseguiam ajudar a pagar as contas de casa. Por isso, para o dinheiro não faltar e todas as contas serem pagas, os mais jovens tomavam banho com a energia desligada, durante a tarde, quando a temperatura ainda está quente para não aumentar a conta de energia.

O cuidado de Talita é interpretado na relação transferencial em sua complexidade: não é simples o ato de cuidar do outro, pois existe um custo, afetivo, não somente financeiro, mas no caso de Talita também passando pela via do dinheiro que tanto lhe faltou em sua história. Tomada as devidas considerações, remete aqui o significado de “amor” como “dar o que não se tem” (Lacan, 1999/1957-1958, p. 364) na transferência.

Sonia Alberti, psicanalista contemporânea, escreve sobre *Esse sujeito adolescente* (2009/1995) pareando o tema da sexualidade ao despertar da adolescência. Ao caminhar para a adolescência, o sujeito supostamente tem maior potência para realizar atos e se aproximar ou afastar dos seus desejos. Existe a emergência de uma relação outra com o corpo e as pulsões na qual os adolescentes precisam se haver, dando sentido ou esbarrando nas angústias da vida.

Não se pode perder de vista que a adolescência é o período no qual a cultura permite que o sujeito vá se desvincilhando da autoridade imposta pelos pais, ou ampliando essa consideração, a submissão irrestrita aos desejos da família e do Outro. A autora se esforça para desassociar ideias psicanalíticas equivocadas entre a adolescência e a sexualidade: a confusão entre a adolescência e as formas de psicose; a equivalência entre sexualidade e a confluência da genitalidade como ideal pulsional; e a tendência à passagem ao ato como paradigma adolescente (Alberti, 2009/1995).

Talita faz uma escolha em manter a gravidez e tomar o bebê como filho. A adolescente toma a decisão depois de contar que o violentador foi o seu primo e retornar para o convívio familiar. Naquele momento Talita não estava sendo acompanhada por mim e não ficou claro o que foi mobilizado ou acordado entre todos.

Entretanto, não parece que a jovem tomou a decisão de manter a gravidez apenas por submissão ao outro, estar junto de Talita fez tanto eu quanto a equipe do ambulatório reconhecer força e firmeza singular na palavra da adolescente, mesmo quando ela fala e se posiciona de forma tímida e retraída.

Até que ponto a jovem teve de fato escolha não foi tema dos nossos encontros, mas neste trabalho testemunho o seu empenho em exercer a maternidade: alimentando e cuidando, olhando, dando carinho, se preocupando, apresentando a mim e os objetos do mundo para o bebê, antecipando as vontades, dando sentido aos gestos, esbarrando em momentos sem sentido do filho e, sobretudo, desejando.

Nas palavras de Lacan, Talita imprime na relação com o filho “um desejo que não seja anônimo” (2003/2001, p. 373). Ela desejar manter; deseja ficar perto; deseja que o filho não

“faça coisas erradas”; deseja que ele tenha um futuro bom; e deseja que o seu passado não interfira de forma negativa na história futura do filho. Desejos que não são desprovidos de preocupações, mas a jovem me confia os seus questionamentos, “*Marcelo, um dia ele vai querer saber quem é o pai dele e como eu vou contar?*”.

Não sabemos como vai ser o futuro e nem me atrevo a antecipar respostas, mas conversamos sobre o quanto ela também deseja saber de onde veio e onde está o seu pai. A jovem retoma a sua história e conta sobre as diversas histórias que ouviu sobre o seu pai, sendo que não sabe se ele está morto ou vivo, mas desaparecido. Digo que me parece que ela criou as respostas e ela completa dizendo que vai criar um jeito de a contar ao filho a verdade. Acrescento que quando o momento chegar, talvez ela não precise fazer isso sozinha.

Ante a adolescência e o amplo fenômeno da sexualidade, a Psicanálise permite pensar sobre a sua representação: “a pulsão, a libido, o apoio e a bissexualidade” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 704). Ainda, outro parâmetro contemporâneo acerca do conceito de sexualidade é apresentado pela Organização Mundial de Saúde (2015):

Sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida; ela engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem sempre todas elas são vividas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais. (p. 15)

Desde Freud (2016/1905; 2014/1916-1917) até a cena contemporânea (Libório & Castro, 2010; Melo, 2010; Ungaretti, 2010) existe um projeto social acerca da sexualidade na infância e adolescência. Por exemplo, se há algo sendo dito sobre a sexualidade no campo escolar, é sob viés biomédico (Vieira & Leite, 2022). Isso significa uma compreensão parcial

acerca do sexo e da sexualidade: se diz sobre gestação e cada uma de suas fases em minúcias, mas pouco se fala sobre consentimento, desejos, escolhas, prazeres; se diz sobre as diferenças anatômicas, mas se ignora a produção contemporânea acerca da feminidade, masculinidade e os modos de transitar e/ou criar outras referências.

A sexualidade ainda se mantém entre a negação do fenômeno em nome de uma suposta pureza dos jovens até o protecionismo desmedido, pautado por uma lógica de pensamento burguesa: proteger em nome da moral e dos bons costumes (Libório & Castro, 2010; Melo, 2010; Ungaretti, 2010). O saber social acerca da sexualidade antes produz formas de medo e controle da sexualidade do que de fato transmitir à população jovem informações sobre a sexualidade e o sexo (Vieira & Leite, 2022).

As convenções políticas a respeito da adolescência implicam estigmas, sobretudo quando versam sobre jovens negros, pobres, vulneráveis e atravessados pela violência. O sujeito adolescente é definido de antemão e condenado por quaisquer transgressões, mas furtado da lógica subsequente a sua forma de existir, resistir e sobreviver na atualidade sociopolítica (Takeiti & Vicentin, 2015; Vicentin, 2005; 2011).

A adolescência é política, julgada por estigmas, mas ao adolescente é negado a sua capacidade de participar das construções políticas que articulam o seu sofrimento. Por outro lado, os jovens marginalizados encontram na expressão estética uma forma de resistência. (Vicentin & Takeiti, 2019).

Todavia, a conjuntura sociopolítica atual é contraditória ao negar a sexualidade dos jovens, mas explorá-la em forma de mercadoria. A imagem da criança e do adolescente é

erotizada, se aproximando do adulto em termos concretos e subjetivos em nome do livre mercado (Libório & Castro, 2010; Ungaretti, 2010).

Igreja, Estado e a organização social burguesa com os seus padrões higienistas vão erigir defesas para proteger o ideal de pureza infantil, mas há contradições que permitem explorar o mercado do sexo e da sexualização dos jovens (Leal, 2010; Libório & Castro, 2010; Ungaretti, 2010). O mercado do sexo vai além da prostituição, sendo constituído por desejos incitados pela cultura: “encontrar o príncipe encantado; liberdade sexual; possibilidade de acesso a bens de consumo (celulares, produtos de beleza, viagens, drogas etc.); ao lazer e prazer” (Leal, 2010, p. 187).

Isso que a linguagem corrente vai nomear de “contradição” ao beirar extremos se aproxima do conceito psicanalítico de clivagem (ou divisão, separação e cisão a depender da tradução) por sustentar uma posição subjetiva antagónica impossível de coexistência. Freud escreve sobre *A cisão do Eu no processo de defesa* (2018/1940[1938]) e descreve a clivagem como uma saída frente as exigências pulsionais e o medo da realidade – medo da castração.

Esse Eu machucado não se cura e a fenda tende a expandir com o tempo ao demandar que o sujeito reconheça e negue – denegue – a realidade de forma intermitente (2018/1940[1938]). Ao se pensar o imperativo social sobre a sexualidade dos jovens há: protecionismo em nome de ideais de pureza e higiene; negação do desejo ou da capacidade de ser sujeito por si; proibições em relação a palavra, pois não se pode dizer sobre o corpo e as diferenças, formas de expressão, gêneros, orientações, prazer, prevenção, sexo, sexualidade fora de um viés moral e biomédico; e, ao mesmo tempo, existe um mercado que aproxima sem filtros o jovem ao adulto com os seus bens de consumo (Ungaretti, 2010).

A cisão social na compreensão da sexualidade das crianças e dos adolescentes vem às custas de um imaginário cuja atividade sexual se torna “mais secreta e fetichista” (Castro, Ribeiro & Busson, 2010; Ungaretti, 2010). Considerando a conjuntura sociopolítica dita acima, existem desejos causados pela cultura, mas nem todo indivíduo tem acesso livre à participação social por conta da falta de dinheiro, limitações nos serviços públicos e escolhas limitadas graças a sexualidade tida como tema tabu.

Houve algo em Talita que a levou fazer segredo e não poder falar sobre o que estava acontecendo em seu quarto. Por diversas vezes ela me contou sobre o quanto a organização familiar da sua outra tia era pautada pela religiosidade e as “coisas do mundo” eram abomináveis. Dentre as possibilidades de plena vivência da sexualidade no encontro com um outro, a jovem relatou sobre um rapaz vizinho que despertava o seu interesse, mas que hoje “ele nem olha mais na cara” dela. Antes do resultado do teste de DNA, a família o acusou de ser o pai do bebê, culpando-o pelo estupro, além de terem acionado o Concelho Tutelar.

Desde a revelação da violência sexual houve um movimento de cisão dessa família. De um lado, foram feitas promessas para a jovem de que “nada iria mudar”. Tais palavras continham o desejo da tia, mas ao final eram falsas promessas, pequenas mentiras ditas para apaziguar aquilo que era inconsolável na vida da jovem. Para Talita é prometido algo incompatível com a realidade, pois as transformações que ocorreram foram independentes da vontade de sua tia.

Pelo avesso, ir contra a cisão e integrar a realidade seria dizer que tudo iria mudar. Não mais vestígio, havia agora um bebê, filho de Talita. Tudo mudou: corpo, família, casa, quarto, companhia, obrigações, necessidades e objetivos.

Talita assumiu ter contado uma “mentira” e, sofrendo, reconhece que foi o caminho possível. Ela tinha a intenção de ir contando aos poucos até alguém descobrir tudo ou a violência cessar. Esse “alguém” foi materializado a partir dos atendimentos no serviço público, no SUS, no ambulatório NUAVIDAS.

Isso fez expandir a minha compreensão acerca de “quem foi”, “quem é” e “quem quer ser” a jovem que aqui escrevo, ou em melhores palavras, estar junto da adolescente na sua casa me permitiu entender o modo como ela é autora da sua própria história – ficção real.

Aquilo que mais se sabe de Talita são os seus mistérios; enigmáticos tanto para os outros, quanto para ela. Fazer operar o que se sabe de Talita em termos de uma verdade analítica foi conversar com ela sobre o quanto seu mal-estar em se imaginar no futuro contando sobre o pai do seu filho encontra símile no seu desconhecimento acerca do destino do seu próprio pai. Conversamos e ela não se paralisou diante da possibilidade desse futuro, mas reconheceu que pode encontrar modos de dizer a sua verdade e no meu “semi-dizer”, lhe digo que quando a hora chegar, talvez ela não esteja sozinha.

Os retratos formados até agora desenham uma adolescência atravessada pela vulnerabilidade. Resta entender como a vulnerabilidade e o desamparo psíquico contam sobre os laços formados por Talita e, mais, como tais laços impelem os sujeitos para relações de submissão. Essas investigações são impelidas quando a jovem me diz sobre a sua necessidade de depender dos outros para conseguir alcançar os seus objetivos ou adquirir os seus objetos. Isso faz pensar que a jovem estaria à mercê da própria sorte, caso não houvesse nenhum grupo pastoral ou mesmo algum membro da sua família para além da sua tia disposta a acolhe-la. Assim, retornando a um estado de total falta de garantias.

3.2 Vulnerabilidade e as mutações no laço social

Talita desvia o olhar. O ambulatório do NUAVIDAS está movimentado, sendo possível ouvir outros atendimentos, mas sem discernir o que está sendo dito nos demais consultórios.

– Você está pensativa hoje.

A jovem fica em silêncio olhando para o teto e, às vezes, mirando o olhar para o burburinho dos outros atendimentos. Após um tempo relativamente curto, mas que me pareceu ser longo, ela direciona um questionamento.

– *Tem muitas pessoas que passaram pelo mesmo que eu?*

Acima, retrato o momento em que Talita se deu conta de que haviam outras pessoas que compartilhavam algo da sua história. Este fragmento é eleito como provocação ao leitor: as informações acerca da vulnerabilidade social e violação de direitos podem não ser claras ao público, talvez, causando uma invisibilidade da população.

Nesse tópico, o conceito de “vulnerabilidade” é articulado com o presente caso em conjunção ao contexto sociopolítico, permitindo identificar possíveis mutações causadas no laço social. Para auxiliar o leitor a desenhar o caso Talita, além da epígrafe, há uma variada mostra de retratos que amparam a presente análise.

Se num primeiro momento Talita se retraía e questionava sobre a quantidade de pessoas que teriam sofrido o mesmo que ela, a partir da psicoterapia, há uma mudança de posição:

Em outra cena, vou até a casa de Talita para pedir a ela e à tia a assinatura do Termo de Consentimento para a realização da pesquisa. Encontro-me tenso e um tanto temeroso.

– *Tá. Vai ajudar outras pessoas que passaram pelo que eu passei?*

– Vai.

– *Então tá bom, eu vou assinar. Espero que ajude.*

Tal fragmento tão importante do ponto de vista clínico, me é caro. Representa o encontro transferencial em sua complexidade: existe o Marcelo, ansioso e preocupado com a cena da autorização, que poderia desgastar o vínculo e/ou inviabilizar a pesquisa; existe a tia que apoia plenamente a decisão da sobrinha; e, existe Talita que parece pouco se importar com todo o meu esforço em explicar o Temo de Consentimento e elabora a sua dúvida anterior. Se, antes ela não sabia que outras pessoas poderiam ter passado por situações semelhantes aquela situação vivenciada parece significar que Talita sabe e autoriza a pesquisa, ou em melhores palavras, se torna ela mesma “autora” de sua história.

A clínica psicanalítica se debruça sobre a autoria, o conteúdo e a forma como é inscrita a história do sujeito. Lacan (2007/1975-1976), ao falar sobre o *sinthoma*, aponta o mito do sujeito. Isto é, a concepção de sujeito enquanto um mito indissolúvel, sendo referente a uma suposição simbólica. Pois, o verdadeiro sujeito – ou a verdade do sujeito – seria parte do Real, determinada pelo universo Simbólico, mas efeito do Real.

Ir até a casa da adolescente me permitiu acessar (e sentir) parte desse Real que, por essência, escapava e se mostrava impossível de ser dito. Tal qual escrito no tópico anterior, o cuidado de Talita fica evidente, assim como a movimentação das pessoas na sua casa, pequenos fragmentos das relações familiares e a forma como as pessoas a tratavam. Nessas situações, a sua tia sempre solícita e educada, mas com uma incontestável expressão de cansaço, ou os seus primos que falavam com Talita em tom imperativo e de indiferença.

A sua tia trabalhava com os serviços gerais de limpeza em uma grande empresa e Talita sempre dizia o quanto essa mulher merecia mais: descanso, dinheiro e tranquilidade em relação aos filhos. Quanto aos seus primos, a jovem compartilhava preocupações em relação ao futuro

e o medo de que eles fizerem “coisas erradas”. Talita contava que sempre que fazia diversas atividades para ajudar a sua tia e manter a casa em ordem: limpar, cozinhar, lavar louça, etc.

Estive com Talita no hospital e depois, em sua casa, e experienciei com ela diversas formas de vulnerabilidade: desrespeito à sua palavra e vontade, a violência sexual que sofreu, violação de direitos, privações econômicas, gravidez na adolescência, ausência de uma família de referência; além de diversos modos de abandono estatal

Não somente pela parte de Talita, mas observo também a repetição da vulnerabilidade nessa família e da sua tia: mulher negra que trabalha nos serviços gerais – limpando a sujeira e o lixo alheio – em uma grande empresa da cidade com escala doze por trinta e seis, além de vender produtos na sua folga para complementar a renda e pagar as contas. Enfim, não há como escrever a história de Talita sem investigar os significados mais amplos da vulnerabilidade.

Ao utilizar o conceito de vulnerabilidade, se faz necessária uma definição que contemple a sua amplitude multidisciplinar. No campo da saúde, as referências iniciais à vulnerabilidade ocorrem com a epidemia de HIV/AIDS e a categorização dos grupos de risco (Oviedo & Czeresnia, 2015). Por coincidência, ao ler o atestado de óbito da mãe de Talita durante os nossos encontros finais, descobri que a causa da morte foi pneumonia por conta da infecção de HIV/AIDS.

Na esfera política, a vulnerabilidade aparece associada aos avanços do capitalismo com o mercado neoliberal e aos sistemas de assistência social e medidas previdenciárias. Ainda, há a interlocução com a área dos Direitos Humanos, a Constituição Federal (Constituição, 1988) e as demais leis do Direito (Carmo & Guizardi, 2018).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2005) e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) incluem a palavra “vulnerabilidade” em seu cerne, desenhando o sentido a partir de territórios cuja presença do Estado é precária ou quase nula. A vulnerabilidade é utilizada para referenciar as condições de produção e reprodução da exclusão social, tanto no âmbito individual quanto familiar, além de abarcar situações que estabeleçam risco de vida.

Apesar das múltiplas significações que a vulnerabilidade adquire ao longo do tempo, aquilo de mais geral que este conceito anuncia é a gravidade de faltas circunstanciais que remetem à situação econômica, mas não se encerram nela. Vulnerável é a limitação da corporeidade humana diante das mais inesperadas intrusões, sejam biológicas ou a partir das mais diversas formas de exclusão, dominação e violência que são banalizadas no campo político e perpetradas pelo Outro. A seguir, vamos nos ater as informações mais recentes sobre os jovens em vulnerabilidade no Brasil.

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2018) aponta que cerca de 33 milhões ou 61% dos jovens brasileiros se encontram prejudicados por uma situação econômica precária e/ou pela violação jurídica dos seus direitos básicos. O Anuário de Segurança Pública Nacional (FBSB, 2017, 2018, 2019) aponta um crescente aumento nos casos de violência sexual, ano após ano, culminando em 66.041 mil casos anuais, sendo 35.530 ou 53,8% das ocorrências com jovens de até 13 anos. Comparando o primeiro semestre de 2019 com o primeiro semestre de 2020 há uma brusca redução de 22,8% na contabilização geral dos casos de violência sexual (FBSB, 2020). Enquanto o número anual de notificações de violência sexual em 2019 foi de 61.347 casos e em 2020 foi de 53.453, houve redução de 13,5% (FBSB,

2021). Esse período de redução nas notificações coincide com a pandemia Covid-19/SARS-CoV-2 e as medidas restritivas de isolamento social e quarentena domiciliar.

A ouvidoria do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos relata que em 2019, via o programa de denúncias anônimas “Disque 100”, houveram 159.063 notificações de violações de direitos, sendo que 86.837 ou 54,59% eram sobre crianças e adolescentes. Desta fração, 17.029 ou 19,61% das denúncias abarcam a violência sexual (BRASIL, 2020). Já no primeiro semestre de 2020 houveram 9.526 casos notificados de violência sexual (BRASIL, 2021), sendo que entre julho de 2020 e dezembro de 2021 houveram 22.468 notificações de violência sexual para todas as idades, sendo a maioria dos casos contra indivíduos do sexo feminino na infância ou adolescência.

A fundação ABRINQ (2019, 2020) em seus indicadores sobre o cenário da infância e da adolescência no Brasil corroboram estes dados e dão a informação de que há um contínuo aumento nas notificações oficiais de violência sexual. Ao considerar todas estas informações, forma-se uma imagem panorâmica do que vem a ser a parcela da juventude em vulnerabilidade.

Este trabalho considera a vulnerabilidade social como uma das marcas primordiais de uma vasta parcela da infância e da adolescência no Brasil. Isso ocorre a partir da compreensão das informações referenciadas neste tópico de que um montante relevante da juventude brasileira está inserida em um contexto de privação de direitos, cuja baixa renda econômica familiar e a proteção do Estado são insuficientes para garantir o acesso a direitos fundamentais, por exemplo, saúde, segurança, alimentação, educação, informação, moradia, saneamento e a água potável (ABRINQ 2019, 2020; BRASIL, 2020; FBSB, 2017, 2018, 2019; UNICEF, 2018).

Antes de prosseguir, cabe ressaltar que, pela perspectiva da falta material, não se pode culpar a família pela pobreza e misérias vigentes no plano social (Nascimento; Cunha; & Vicente, 2006).

A vulnerabilidade de Talita com o sofrimento da violência sexual foi o disparador para a sua entrada no serviço público, mas antes já havia a omissão do Estado em garantir os plenos direitos da adolescente. Uma das marcas do abandono público se refere ao seu irmão que foi afastado do convívio familiar. Aqui eu não intento em julgar a procedência/ improcedência do afastamento, mas questionar o motivo pelo qual Talita foi desassistida nesse processo. Ela mantém a lembrança de que o seu irmão foi “tomado” e para ela não houve cuidado e não foram expostos os motivos dessa ação. Por diversas vezes ela me disse que tentou procurar o seu irmão pelas redes sociais, mas não encontrou e também questiona se ele está vivo ou morto.

Quanto à violência sexual em si, não há dúvidas de que Talita foi violentada por uma pessoa mais velha e em uma posição simbólica que lhe era superior, mas é importante frisar que o seu primo era um adolescente apenas três anos mais velho e inserido em contexto semelhante. Autores contemporâneos alertam para sempre pensar na conjuntura e ter uma diferença mínima de cinco anos para talvez se considerar a possibilidade de um ato puramente criminoso (Libório & Castro, 2010; Ungaretti, 2010).

Ao se cogitar as possibilidades de circulação no campo social, Talita tende a iniciar os seus projetos sempre indicando quem irá disponibilizar apoio para ela conseguir executar os seus planos. Talita frequenta uma igreja cristã protestante e conta sobre uma moça que é vinculada à instituição e que formou um grupo pastoral de ajuda para pessoas em necessidade. Foram eles que ajudaram na alimentação da adolescente grávida, mobiliaram o seu quarto e organizaram o enxoval do seu bebê.

Neste grupo há uma pessoa que parece nutrir carinho especial pela jovem e lhe faz algumas promessas: faculdade de estética, festa de aniversário para o filho, presentes e ajudas diversas. Quando a adolescente relata sobre tudo isso é como se ela estivesse contando sobre o quanto depende estritamente dos outros para conseguir acesso a bens, dentre eles, educação e objetos para o seu lazer.

A escrita da vulnerabilidade esbarra em uma rede complexa inerente à própria linguagem: como conjugar “vulnerabilidade” e “Talita”? Segue um ensaio, quase epistemológico, dessa condição:

“Vulnerabilidade em Talita” como perspectiva exclusivamente intrapsíquica, ignora o que foi dito da vulnerabilidade forjada no contexto sociopolítico. Contudo, parece haver uma condição vulnerável desde sempre. Me lembro do desconforto que senti nos nossos primeiros encontros quando ela me diz sobre a forma como as informações lhe são ditas:

– Você já sabe o sexo do bebê? – *Sei. As minhas amigas estão organizando o chá de revelação do sexo do bebê e uma delas me contou que vai ser menina.* – Então vai ser uma menina? – *Não, vai ser um menino. Se elas me contaram, então, eu sei que estão mentindo, é sempre o contrário, vai ser um menino.*

Esse retrato me causa um incômodo junto com um estado de confusão. Desajeitado, tento interpretar a frase para a jovem, pois a lógica do seu pensamento é a seguinte: se alguém lhe conta algo, logo a pessoa está mentindo, é o contrário, pois nenhuma informação lhe é dada às claras. Os efeitos de tal interpretação ou até mesmo a sua compreensão do que tentei dizer com tamanho mal jeito me são desconhecidos, mas Talita diz que já pensou isso antes.

“Vulnerabilidade de Talita” soa tal qual um bem adquirido, mas ela nunca se apresentou assim para mim, nem disse “possuir” essa característica ou ter vontade de adquirir isso. Não me

vejo na posição analítica de fazer esse depósito na conta de uma jovem que, ao contrário, deseja poder comprar outros objetos:

– Eu quero trabalhar muito para poder ir no mercado e comprar um Doritos quando eu quiser (...) fico pensando o tanto que não deve ser bom poder tomar sorvete quando quiser ou levar meu filho para irmos tomar sorvete, sem se preocupar, sabe? (...) mas eu não preciso de tanto, sou diferente dos meus primos, para mim não pode faltar o arroz e o feijão, eles têm dia que se não tiver ovo para comer com macarrão eles ficam com fome, eu não importo.

“Vulnerabilidade na Talita” remete à noção de que há algo de um no outro, beirando um viés intersíquico, mas ainda visceral. Dizer que há uma vulnerabilidade internalizada pela jovem é contraditório à singular força que a adolescente possui em sua palavra. Força clara logo no primeiro dia que a conheci no ambulatório, se mantendo inacessível até desejar jogar; quando ela nega o atendimento domiciliar até sentir que quer a minha ajuda; quando a vejo responder as demandas dos seus primos; e, sobretudo, quando refletimos sobre a força necessária para criar e sustentar tamanha “mentira”:

– Foi por isso que eu menti. A minha intenção era ir contando aos poucos, porque eu sabia que ninguém ia acreditar em mim. Sabe? Eu queria que fossem perguntando, alguém fosse descobrindo, pra poder falar até não ter outro jeito. Não tinha outro jeito. Por isso que eu menti.

Talita encontrou confiança na relação transferencial para dizer, sem pudor, que mentiu e elencou os motivos que a levaram a mentir. Sem subterfúgios e se recusando usar palavras com cautela para acalantar o peso da sua ação, a jovem fala que mentiu e não se coloca em uma posição passiva. Aqui consta apenas um fragmento, mas a adolescente discorreu sobre esse delicado assunto por muito tempo – no seu tempo.

“Vulnerabilidade com Talita” me permite fazer a imagem da jovem percorrendo um caminho onde por enquanto está junto da vulnerabilidade. Apesar de nunca ter lido tal

conjugação em outro texto, soa mais representativo: a jovem já disse que não deseja depender dos outros; ela deseja ter a sua casa e os seus objetos, ter o seu trabalho e viver a sua vida. Veja:

– A minha outra tia não quis fazer o teste de DNA da UFU, ela quis fazer particular. – Por que? – Ela quer resolver entre a gente. Ela não quer envolver mais pessoas... ela quer proteger o filho dela, eu entendo. – Você entende? – Sim, se fosse o meu filho que tivesse feito isso com alguém, ele ia continuar sendo o meu filho, mas ele ia ter que pagar. Agora ela quer deixar tudo entre a gente. Eu não vou prejudicar ninguém, sabe, Marcelo? Mas eu não estou nem aí, se me perguntarem eu vou falar. Eu vou falar.

Talita se desaloja da posição que ocupava no discurso do Outro, antes vulnerável, ela toma potência para fazer um ato simbólico que transforme sua existência. Quando ela fala que “*não está nem aí*”, ela se infla, assume, finalmente, uma posição ativa perante o Outro que ainda não era acessível à minha percepção.

Ela diz e reafirma que não vai “*prejudicar ninguém*”, mas afirma, “*Eu vou falar*”. Se a interpretação proposta aqui é válida, soa quase como se Talita estivesse se despedindo dessa posição fixa de vulnerabilidade caminhando junto com ela.

Pensar nesse dilema ético é valioso à Psicanálise. Me recuso a inscrever a jovem em uma posição fixa na escrita de um trabalho acadêmico público, sobretudo considerando que essa posição perante o outro não foi reconhecida por ela como tal. Entretanto, não se pode negar que por vasto tempo houve um laço entre “vulnerabilidade” e “Talita”.

Lacan (2008/1959-1960; 2006/1968-1969) cria o neologismo “êxtimo” para falar da falta “conjugando o íntimo com a exterioridade radical” (Lacan, 2006/1968-1969, p. 241). O contexto da escrita do autor era a elaboração d’a coisa (*das Ding*) freudiana e a localização do objeto *a* como causa do desejo do sujeito – pura falta inerente ao sujeito. Talvez, seja mais ético dizer de uma êxtimidade de Talita para com a vulnerabilidade: algo íntimo, mas radicalmente

exterior, forjado na insuficiência da sua tragédia familiar ou do Estado e do intercâmbio entre ambos.

Ter que depender de alguém para transitar nesse espaço social indica certa submissão ao outro, além de indicar um futuro jogado a sorte de ter ou não contato com alguém disposto a ajudar. O Estado é considerado omissivo, pois existem garantias sociais postuladas pelo ECA (BRASIL, 1990) que não são cumpridas por conta da vulnerabilidade social de uma camada da população na qual Talita está inserida.

3.3 Desamparo

– Você já sabe o sexo do bebê?

– *Sei. As minhas amigas estão organizando o chá de revelação do sexo do bebê e uma delas me contou que vai ser menina.*

– Então vai ser uma menina?

– *Não, vai ser um menino. Se elas me contaram, então, eu sei que estão mentindo, é sempre o contrário, vai ser um menino.*

– *Foi por isso que eu menti. A minha intenção era ir contando aos poucos, porque eu sabia que ninguém ia acreditar em mim. Sabe? Eu queria que fossem perguntando, alguém fosse descobrindo, pra poder falar até não ter outro jeito. Não tinha outro jeito. Por isso que eu menti.*

– *A minha outra tia não quis fazer o teste de DNA da UFU, ela quis fazer particular.*

– Por que?

– *Ela quer resolver entre a gente. Ela não quer envolver mais pessoas... ela quer proteger o filho dela, eu entendo.*

– Você entende?

– *Sim, se fosse o meu filho que tivesse feito isso com alguém, ele ia continuar sendo o meu filho, mas ele ia ter que pagar. Agora ela quer deixar*

tudo entre a gente. Eu não vou prejudicar ninguém, sabe, Marcelo? Mas eu não estou nem aí, se me perguntarem eu vou falar. Eu vou falar.

Acima, três epígrafes retratando três fragmentos do diário dos atendimentos de Talita. Se não fossem as limitações de espaço e a minha intenção em transmitir uma narrativa concisa, poderia haver incontáveis outros diálogos neste capítulo. Os trechos ocorrem respectivamente no início, meio e fim dos atendimentos de Talita.

O primeiro retrato causa um incômodo junto com um estado de confusão. Desajeitado, tento compreender, pois a lógica do seu pensamento é a seguinte: se alguém lhe conta algo, logo a pessoa está mentindo, afinal, é o contrário, pois nenhuma informação lhe é dada às claras.

No segundo momento, Talita encontra confiança na relação transferencial para dizer, sem pudor, que mentiu, e os motivos que a levaram a mentir. Sem subterfúgios e se recusando a usar palavras com cautela para acalantar o peso da sua ação, a jovem fala que mentiu e não se coloca em uma posição passiva. Aqui consta apenas um fragmento, mas a adolescente discorreu sobre esse delicado assunto por muito tempo – no seu tempo.

O terceiro diálogo desaloja Talita da posição que ocupava no discurso do Outro, representando o desamparo e ao mesmo tempo a potência que a jovem tem em fazer um ato simbólico que transforme sua existência. Quando ela fala que “*não está nem aí*”, ela se infla, assume, finalmente, uma posição ativa perante o Outro que ainda não era acessível à minha percepção. Ela diz e reafirma que não vai “*prejudicar ninguém*”, mas “*Eu vou falar*”.

Até aqui foi desenvolvido o conceito de vulnerabilidade e explicitado um recorte das suas manifestações atuais na população. Tanto a vulnerabilidade quanto o desamparo dizem

respeito à fragilidade humana, todavia, a diferença entre eles reside na vulnerabilidade sendo forjada na construção de um espaço público comum marcado pela miserabilidade. Agora, faz-se necessário enveredar pelo campo conceitual do desamparo psíquico.

Partindo do princípio, pela própria imagem da palavra, vulnerável é a condição que um sujeito tem em ser suscetível a algo; e desamparo é a falta de proteção, auxílio ou amparo (OxfordLanguages, 2022e). Recorrendo a etimologia, no latim *vulnerabilis*, *vulnerare* (ferir, lesar, prejudicar) e *bilis* (suscetível) (Carmo & Guizardi, 2018); desamparo em alemão por *Hilflosigkeit*, *Hilfe* (socorro), *los* (sem) e *keit* como forma do substantivo (Ceccarelli, 2005).

A aproximação semântica entre ser suscetível e ser insocorrível declara sobre a fragilidade do sujeito. No texto *Inibição, sintoma e angústia*, Freud (2014/1926) versa sobre o desamparo humano reconhecendo a fragilidade da vida humana, cujo neonato precisa dos cuidados de algum outro para sobreviver. Ante o desamparo biológico, material, há o desamparo psíquico, referente a um aparato pulsional que demanda resolução perante as angústias e os temores que o bebê precisa suportar, tal qual a separação, a castração e a instauração de instâncias psíquicas.

Tais observações acerca do desamparo vão se arraigando a outros preceitos psicanalíticos. Freud, ao debruçar-se sobre *O futuro de uma ilusão* (2014/1927), traz outra vez mais o desamparo como atributo central para discutir sobre o desejo de proteção por meio do amor e as demais ilusões que trazem segurança ao sujeito e são assim socialmente sustentadas.

Aos poucos, tal qual a própria história da psicanálise, partindo de um plano intersubjetivo, o desamparo aparece como um atributo articulador da esfera cultural. Tanto em *Psicologia das massas e análise do Eu* (2011/1921) quanto em *O mal-estar na civilização*

(2010/1930), Freud discute sobre a concepção de que precisamos amar – investir libidinalmente – para sobreviver, porém, ao fazermos isto, nos lançamos no maior dos riscos, a saber, a possibilidade de se perder o objeto amado ou a chance de perder a si próprio em prol do outro.

A lógica do desamparo psíquico é que esse inacabamento inaugural é fundante e estruturante do sujeito (Pereira, 2008; Menezes, 2012/2008; Passos, Neves, & Menezes, 2018), pois a necessidade de ser cuidado, protegido e amado por um outro faz o laço social.

A condição de desamparo – o inacabamento do psiquismo humano no momento do nascimento – inaugura a possibilidade que o sujeito tem em se vincular ao outro para sobreviver. Sendo algo que permanece por toda a vida, tanto as reminiscências e sensações advindas desta conjuntura quanto a possibilidade de uma ameaça de desamparo estão em voga. Se o desamparo é aquilo que permite o laço, o infantil é a ficção que o sujeito cria para dar sentido a este e delimitar a sua posição no mundo.

Stein (2011) fornece apoio ao compilar a formação do conceito de infantil ao longo do tempo, apontando-o como aquilo que junto com o desamparo é tido como atributo originário do sujeito, permeando o inconsciente e a fantasia. A marca do infantil estrutura o sujeito do inconsciente ao fazer inscrever a Lei. O sujeito – criança, adolescente ou adulto – é o infantil.

Se a mera existência já demanda um elaborado montante de trabalho por si só, a problemática recai ao pensar quais os destinos possíveis para estes sujeitos cuja vida fora atravessada de forma tão contundente pela vulnerabilidade e pela violência. Se o questionamento central deste projeto é sobre o cenário subjetivo destas adolescentes, não se pode perder de vista o mote em buscar por onde elas podem transitar no espaço político enquanto membros ativos da sociedade em uma vida pública.

A trajetória de Talita é marcada por restos, ausências, sentimentos estranhos, dúvidas e incertezas, dentre tantas outras sensações que dão contorno às suas preocupações. Entrar em contato com tamanho desalento foi possível pela transferência.

Sujeitos expostos à vulnerabilidade e violência no campo social podem ser privados de ocuparem uma posição que não seja de submissão ao discurso do outro. Sem lugar social e sem espaço para fazer furo no discurso do outro, os sujeitos podem se ver em desamparo discursivo quando não encontram um discurso de pertinência. Desamparo discursivo ocorre no silenciamento, na desqualificação da fala dos sujeitos, na tendência de toma-la como confirmação de estereótipos e na escuta literal das palavras, privando o sujeito de sua cadeia simbólica – polissemia (Rosa, 2016).

Ao falar de laço social é preciso investigar o laço discursivo para entender os possíveis lugares que ocupam os sujeitos:

Desenha-se, desse modo, um campo de intervenções em duas modalidades. A primeira é o reconhecimento das possibilidades e impossibilidades que as condições sociais e políticas impõem ao laço social em determinados contextos. A segunda modalidade é justamente a da construção da possibilidade de deslocamentos nos posicionamentos do sujeito nos laços sociais, tendo na psicanálise o seu fundamento ético. (Seincman & Rosa, 2021, p. 4)

Entre o desamparo psíquico e a vulnerabilidade, o caso Talita nos mostra uma face do seu desamparo discursivo. Surpreendentemente, isso se mostra desde antes da chegada da jovem ao ambulatório por meio da sua “mentira”. A palavra de Talita e a relação transferencial em conjunção às minhas percepções inferem que mentir foi o único modo que a garota encontrou para dizer a sua verdade.

Quando ela diz sobre o medo de ser desacreditada, há uma rede complexa: concreta, pois ela foi de fato chamada de “mentirosa” quando diz que mentiu e depois quando fala a verdade e acusa o seu primo; histórica, já que existe recorrência de casos em que as jovens e as mulheres são desacreditadas pelo público em relação as violências que sofreram (Mello, 2006; Lowenkron, 2015); e, simbólica, pensando no lugar que a adolescente ocupava nessas famílias.

Rosa (2016) aborda sobre um lugar de dejetos que inviabiliza a circulação dos sujeitos no campo social em contexto de imigratório, mas já foi dito aqui que a adolescente é ora familiar, ora forasteira. Escutar Talita no ambulatório e depois em sua casa é um modo de voltar atenção para alguém que estava fora da posição de agência no laço social até o momento que ela mesmo se autoriza: “*Eu vou falar*” mesmo sem desejar “*prejudicar ninguém*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo desta pesquisa, foi composto o caso Talita como forma de analisar os efeitos da violência sexual na adolescência em vulnerabilidade sob a lógica do desamparo psíquico em interlocução com os impasses sociopolíticos. Ainda, para além da escrita do caso, é digno de nota mencionar o acompanhamento em psicoterapia psicanalítica da adolescente.

Propus-me a escutar Talita, apreendendo a escuta num sentido amplo. Se, a autoria de um trabalho acadêmico sob o rigor psicanalítico, evoca a necessidade de se buscar a verdade em um sujeito clivado, há também nisso um custo. Aqui, voltado à pesquisa, mas inserido em uma ação, tracei o duplo compromisso inegociável: tanto com Talita, quanto com a escrita.

Para além do par analítico, a produção do trabalho foi pertinente para mostrar a atualidade do sofrimento da população vítima ou sobrevivente da violência sexual, a saber, a persistência do estigma de farsante. No caso de Talita, mulher, negra, adolescente, tudo isso se soma a uma forma perversa de invalidar o seu discurso. Tal invalidação foi antecipada pela jovem e permite pensar sobre o quanto é penoso para as pessoas que sofrem com a violência denunciar e contar a sua própria verdade no tempo que lhe cabe.

O caso Talita abarca outras violências que a afligiram, mas sequer foram notadas e anotadas no sistema público. Quase como se Talita fosse sendo invisibilizada diante do sumiço do seu pai ou da retirada do seu irmão pelo Concelho Tutelar. Somente pela denúncia da violência sexual é que ela teve a atenção voltada para si e pôde contar sobre tudo que lhe aconteceu.

Talita se apresentou a mim por meio de enigmas. Histórias que ora se contradiziam, ora se cruzavam, mas sem nunca encerrar todas as lacunas – não-todo por excelência. Me lembro de um dos nossos últimos encontros em sua casa: estávamos conversando quando um outro primo entrou na sala e foi para o quarto dela. Clima tenso, rápida troca de olhares entre eles e silêncio. Ele voltou e perguntou, “*Onde está?*”. Senti Talita extremamente incomodada ao dizer de modo peculiar, “*Embaixo do travesseiro*”, e pouco depois, ela ainda perguntou, “*Outra vez?*”. Sustentei o momento e não me incomodei por aquilo que ela não desejava me mostrar.

E foi assim, a partir do que não pode ser inscrito em sua totalidade que eu me atrevi a escrever o presente caso e contar o conto de Talita. Não mais confuso, sequer mentiroso, agora, familiar, ou nas palavras de Heidegger (2003/1959, p. 187), “Sendo experiência de mistério, a distância é próxima”.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ). (2019). *Cenário da infância e adolescência no Brasil 2019*. Recuperado em 01/09/2022 em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-05/cenario-brasil-2019.pdf>
- Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ). (2020). *Cenário da infância e adolescência no Brasil 2020*. Recuperado em 01/09/2022 em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2020-08/cenario-brasil-2020-2aedicao.pdf.pdf>
- Alberti, S. (2009). *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 20-28. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>
- BRASIL. (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Fonte: Política Nacional de Assistência Social - Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social - Carta de Serviços ao Usuário: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/politica-nacional>
- BRASIL. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Fonte: Ministério da Cidadania: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf
- BRASIL. (2020). *Site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Disque Direitos Humanos Relatório 2019. Brasília. Recuperado em 01/09/2022 em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf
- BRASIL. (2021). *Site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Disque Direitos Humanos Relatório 2020. Brasília. Recuperado em 01/09/2022 em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2021>
- Carmo, M. E., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *CSP - Cadernos de Saúde Pública*, pp. 1-13. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00101417>
- Ceccarelli, P. R. (2005). Perversão e suas versões. *Reverso*, pp. 43-50.
- Checchia, M. (2015). *Poder e política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Annablume.
- Chnaiderman, M. (2002). Uma escuta-olhar: a experiência do cinema. Em G. B. (org.), *Psicanálise, arte e estéticas de subjetivação* (pp. 131-142). Rio de Janeiro: Imago.
- Cohen, C., & Gobbetti, G. J. (1998). Abuso sexual intrafamiliar. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 7 (24), 235-243.

- Costa, J. F. (1984). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Edies Graal.
- Costa, M. F., & Costa-Rosa, A. d. (2020). A Psicanálise em face à política: uma postura e uma análise. *Ágora*, v. XXIII(n. 2), 12-23. doi:<https://doi.org/10.1590/1809-44142020002001>
- Decreto-lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. (1940). Código Penal. Brasília. Recuperado em 01/09/2022 em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm
- Dionisio, G. H. (2010). *Pede-se abrir os olhos. Psicanálise e reflexão estética hoje*. (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo). Fonte: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-02082010-123743/pt-br.php>
- Dunker, C. I. (2020). *Economia libidinal da parentalidade*. São Paulo, SP: Grupo Autêntica.
- Enriquez, E. (1988). *O Trabalho da Morte nas Instituições*. In: Kaës, R.; Bleger, J.; Enriquez, E.; Fornari, F.; Fustier, P.; Roussillon, R.; Vidal, J. P. (Orgs.). *A instituição e as instituições*. Trad. J. P. Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (2018). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018*. Recuperado em 01/09/2022 em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-2018.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (2019). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. Recuperado em 01/09/2022 em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (2020). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. Recuperado em 01/09/2022 em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (2021). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021*. Recuperado em 01/09/2022 em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>
- Ferrão, V. S., & Poli, M. C. (2014). Adolescência como tempo do sujeito na psicanálise. *Adolescência & Saude*, v. 11(n. 12).
- Frayze-Pereira, J. A. (2002). ARTE CONTEMPORÂNEA E BANALIZAÇÃO DO MAL: CORPO DO ARTISTA, SILÊNCIO DO ESPECTADOR. Em G. B. (org.), *Psicanálise, arte e estéticas de subjetivação* (pp. 253-277). Rio de Janeiro : Imago.
- Frayze-Pereira, J. A. (2005). *Arte, Dor: Inquietudes entre Estética e Psicanálise*. Cotia: Ateliê Editorial.
- Freud, S. (2006). MOISÉS E O MONOTEÍSMO TRÊS ENSAIOS (1939[1934-38]). Em S. Freud, *Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos (1937-1939)*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1939).

- Freud, S. (2006). O 'ESTRANHO' (1919). Em S. Freud, *Uma Neurose Infantil e outros trabalhos (1917-1918)*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1919).
- Freud, S. (2006). PROJETO PARA UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA (1950 [1895]). Em S. Freud, *Publicações pré-Psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1950).
- Freud, S. (2010). A DINÂMICA DA TRANSFERÊNCIA (1912). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 10 - OBSERVAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE UM CASO DE PARANOIA RELATADO EM AUTOBIOGRAFIA ("O CASO SCHREBER"), ARTIGOS SOBRE TÉCNICA E OUTROS TEXTOS (1911-1913)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1912).
- Freud, S. (2010). CAMINHOS DA TERAPIA PSICANALÍTICA (1919). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 14 - HISTÓRIA DE UMA NEUROSE INFANTIL ("O HOMEM DOS LOBOS"), ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER E OUTROS TEXTOS (1917-1920)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1919).
- Freud, S. (2010). CONSIDERAÇÕES ATUAIS SOBRE A GUERRA E A MORTE (1915). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 12 - INTRODUÇÃO AO NARCISISMO, ENSAIOS DE METAPSICOLOGIA E OUTROS TEXTOS (1914-1916)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (2010). O INCONSCIENTE (1915). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 12 - INTRODUÇÃO AO NARCISISMO, ENSAIOS DE METAPSICOLOGIA E OUTROS TEXTOS (1914-1916)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (2010). O INÍCIO DO TRATAMENTO (1913). Em S. Freud, *FREUD OBRAS COMPLETAS VOLUME 10 - OBSERVAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE UM CASO DE PARANOIA RELATADO EM AUTOBIOGRAFIA ("O CASO SCHREBER"), ARTIGOS SOBRE TÉCNICA E OUTROS TEXTOS (1911-1913)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (2010). O INQUIETANTE (1919). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 14 - HISTÓRIA DE UMA NEUROSE INFANTIL ("O HOMEM DOS LOBOS"), ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER E OUTROS TEXTOS (1917-1920)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1919).
- Freud, S. (2010). O MAL ESTAR NA CIVILIZAÇÃO (1930). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 18 - O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO, NOVAS CONFERÊNCIAS INTRODUTÓRIAS À PSICANÁLISE E OUTROS TEXTOS (1930-1936)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1930).

- Freud, S. (2010). OBSERVAÇÕES SOBRE O AMOR DE TRANSFERÊNCIA (1915). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 10 - OBSERVAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE UM CASO DE PARANOIA RELATADO EM AUTOBIOGRAFIA ("O CASO SCHREBER")*, *ARTIGOS SOBRE TÉCNICA E OUTROS TEXTOS (1911-1913)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (2010). OS INSTINTOS E SEUS DESTINOS (1915). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 12 - INTRODUÇÃO AO NARCISISMO, ENSAIOS DE METAPSICOLOGIA E OUTROS TEXTOS (1914-1916)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1915).
- Freud, S. (2010). RECORDAR, REPETIR E ELABORAR (1914). Em S. Freud, *FREUD OBRAS COMPLETAS VOLUME 10 - OBSERVAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE UM CASO DE PARANOIA RELATADO EM AUTOBIOGRAFIA ("O CASO SCHREBER")*, *ARTIGOS SOBRE TÉCNICA E OUTROS TEXTOS (1911-1913)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1914).
- Freud, S. (2011). A NEGAÇÃO (1925). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 16 - O EU E O ID, "AUTOBIOGRAFIA" E OUTROS TEXTOS (1923-1925)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1925).
- Freud, S. (2011). O PROBLEMA ECONÔMICO DO MASOQUISMO (1924). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 16 - O EU E O ID, "AUTOBIOGRAFIA" E OUTROS TEXTOS (1923-1925)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1924).
- Freud, S. (2011). PSICOLOGIA DAS MASSAS E ANÁLISE DO EU (1921). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 15 - PSICOLOGIA DAS MASSAS E ANÁLISE DO EU E OUTROS TEXTOS (1920-1923)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1921).
- Freud, S. (2012). O INTERESSE DA PSICANÁLISE (1913). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 11 - TOTEM E TABU, CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO MOVIMENTO PSICANALÍTICO E OUTROS TEXTOS (1912-1914)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (2012). TOTEM E TABU (1912-1913). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 11 - TOTEM E TABU, CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO MOVIMENTO PSICANALÍTICO E OUTROS TEXTOS (1912-1914)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1912-1913).
- Freud, S. (2013). OBSERVAÇÕES SOBRE UM CASO DE NEUROSE OBSESSIVA ("O HOMEM DOS RATOS", 1909). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 9 - OBSERVAÇÕES SOBRE UM CASO DE NEUROSE OBSESSIVA ("O HOMEM DOS RATOS")*, *UMA RECORDAÇÃO DE INÂNCIA DE LEONARDO DA VINCI E OUTROS TEXTOS (1909-1910)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1909).

- Freud, S. (2013). UMA RECORDAÇÃO DE INFÂNCIA DE LEONARDO DA VINCI (1910). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 9 - OBSERVAÇÕES SOBRE UM CASO DE NEUROSE OBSESSIVA ("O HOMEM DOS RATOS"), UMA RECORDAÇÃO DE INÂNCIA DE LEONARDO DA VINCI E OUTROS TEXTOS (1909-1910)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1910).
- Freud, S. (2014). CONFERÊNCIAS INTRODUTÓRIAS À PSICANÁLISE (1916-1917). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 13 - CONFERÊNCIAS INTRODUTÓRIAS À PSICANÁLISE (1916-1917)* (S. Tellaroli, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1916-1917).
- Freud, S. (2014). INIBIÇÃO, SINTOMA E ANGÚSTIA (1926). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 17 - INIBIÇÃO, SINTOMA E ANGÚSTIA, O FUTURO DE UMA ILUSÃO E OUTROS TEXTOS (1926-1929)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1926).
- Freud, S. (2014). O FUTURO DE UMA ILUSÃO (1927). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 17 - INIBIÇÃO, SINTOMA E ANGÚSTIA, O FUTURO DE UMA ILUSÃO E OUTROS TEXTOS (1926-1929)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1927).
- Freud, S. (2015). ANÁLISE DA FOBIA DE UM GAROTO DE CINCO ANOS (“O PEQUENO HANS”, 1909). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 8 - O DELÍRIO E OS SONHOS NA GRADIVA, ANÁLISE DA FOBIA DE UM GAROTO DE CINCO ANOS E OUTROS TEXTOS (1906-1909)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1909).
- Freud, S. (2015). O ESCRITOR E A FANTASIA (1908). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 8 - O DELÍRIO E OS SONHOS NA GRADIVA, ANÁLISE DA FOBIA DE UM GAROTO DE CINCO ANOS E OUTROS TEXTOS (1906-1909)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1908).
- Freud, S. (2015). SOBRE AS TEORIAS SEXUAIS INFANTIS (1908). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 8 - O DELÍRIO E OS SONHOS NA GRADIVA, ANÁLISE DA FOBIA DE UM GAROTO DE CINCO ANOS E OUTROS TEXTOS (1906-1909)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1908).
- Freud, S. (2016). ESTUDOS SOBRE A HISTERIA (1893-1895). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 2 - ESTUDOS SOBRE A HISTERIA (1893-1895)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1893-1895).
- Freud, S. (2016). TRÊS ENSAIOS SOBRE A TEORIA DA SEXUALIDADE (1905). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 6 - TRÊS ENSAIOS SOBRE A TEORIA DA SEXUALIDADE, ANÁLISE FRAGMENTÁRIA DE UMA HISTERIA ("O CASO*

- DORA") E OUTROS TEXTOS (1901-1905)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1905).
- Freud, S. (2017). O CHISTE E SUA RELAÇÃO COM O INCONSCIENTE (1905). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 7 - O CHISTE E SUA RELAÇÃO COM O INCONSCIENTE (1905)* (F. C. Mattos, & P. C. Souza, Trads.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1905).
- Freud, S. (2019). A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS (1900). Em S. Freud, *OBRAS COMPLETAS VOLUME 4 - A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS (1900)* (P. C. Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1900).
- Freud, S. (2019). O Infamiliar [Das Unheimliche] (1919). Em S. Freud, *OBRAS INCOMPLETAS DE SIGMUND FREUD - O INFAMILIAR [DAS UNHEIMLICHE]* (E. Chaves, P. H. Tavares, & R. Freitas, Trads.). Belo Horizonte: Autêntica. (Obra original publicada em 1919).
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2018). *Pobreza na infância e na adolescência*. Recuperado em 01/09/2022 em: https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf
- Garrafa, T. (2020). *Primeiros tempos da parentalidade*. São Paulo, SP: Grupo Autêntica.
- Grossman, E. (Julho de 2010). A construção do conceito de adolescência no Ocidente. *Adolescência e Saúde, Vol. 7, n° 3*, pp. 47-51. Fonte: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=235
- Heidegger, M. (2003). *A CAMINHO DA LINGUAGEM*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. (Obra original publicada em 1959).
- Instituto da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Instituto APPOA). (2018). Por que uma clínicado testemunho? Recuperado em 01/09/2022 em: https://apboa.org.br/uploads/arquivos/1437_livro_2.pdf
- Kaës, R. (1988). *Realidade Psíquica e Sofrimento nas Instituições*. In: Kaës, R.; Bleger, J.; Enriquez, E.; Fornari, F.; Fustier, P.; Roussillon, R.; Vidal, J. P. (Orgs.). *A instituição e as instituições*. Trad. J. P. Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kant, I. (1790). *Crítica da faculdade do juízo* (2ª ed.). (V. Rohden, & A. Marques, Trads.) São Paulo: Forense Universitária.
- Koifman, F. (2017). O Estado Novo e as Restrições à Entrada de Refugiados: História e Construção de Memória. *Revista Acervo, V. 30, n. 2*, pp. 71-88. Recuperado em 01/09/2022 em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/839/955>
- Kveller, D. B. (2017). “Vocês ainda estão vivos?”: Fragmentos sobre trauma, memória e herança. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,

- Rio Grande do Sul, Brasil. Recuperado em 01/09/2022 em:
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220237>
- Lacan, J. (1996). *O seminário - Livro 11 - Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1964).
- Lacan, J. (1998). *O seminário - Livro 17 - O avesso da psicanálise*. (A. Roitman, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1969-1970).
- Lacan, J. (2005). *O seminário - Livro 10 - A angústia (1962-1963)*. (V. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1962-1963).
- Lacan, J. (2008). *O seminário - Livro 14 - A lógica do fantasma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Laplanche, J. (1992). *Novos Fundamentos para a Psicanálise*. (C. Berliner, Trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- Leal, M. L. (2010). *Crianças e adolescentes no mercado do sexo: fetichismo e precarização*. São Paulo, SP: Childhood Brasil.
- Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília. Recuperado em 01/09/2022 em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. (1990). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília. Recuperado em 01/09/2022 em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm
- Lei Nº 12.015, de 7 de agosto de 2009*. (2009). Alteração no Código Penal. Brasília. Recuperado em 01/09/2022 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12015.htm
- Lei Nº 13.509, de 22 de novembro de 2017*. (2017). Alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília. Recuperado em 01/09/2022 em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13509.htm
- Lemos, S. d., Neves, A. S., & Paravidini, J. L. (2015). O SUJEITO E AS LEIS NA DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR. *Revista Subjetividades*, (15)2, 233-243. Fonte: <https://www.redalyc.org/pdf/5275/527553109010.pdf>
<https://doi.org/10.5020/23590777.15.2.234-244>
- Libório, R. M., & Castro, B. M. (2010). *Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo, SP: Childhood Brasil.
- Lowenkron, L. (2007). (Menor)idade e consentimento sexual em uma decisão do STF. *Revista de Antropologia USP*, 713-745.

- Lowenkron, L. (2010). SEXUALIDADE E (MENOR)IDADE . *Po!êmica Revista Eletrônica* , 57-61.
- Lowenkron, L. (2015). Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. *Cadernos Pagu*, 225-258. <https://doi.org/10.1590/18094449201500450225>
- Lowenkron, L. (2016). Menina ou moça? Menoridade e consentimento sexual. *desidades*, 9-18.
- Masson, J. M. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*. (D. V. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro: Imago.
- Mello, R. P. (2006). *A construção da noção de abuso sexual infantil*. Belém, PA: Editora Universitária Pioneira na Amazônia.
- Melo, E. R. (2010). *Direito e norma no campo da sexualidade na infância e na adolescência*. São Paulo, SP: Childhood Brasil.
- Menezes, L. S. (2012). *Desamparo* (2ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Obra original publicada em 2008).
- Michaelis. (2020). *Vulnerável* | *Michaelis Online*. Fonte: Site do Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=OKVaE>
- Namba, J. (2016). A estética freudiana. *SOFIA, Vol. 6, n. 1*, pp. 89-100. <https://doi.org/10.47456/sofia.v5i1.13959>
- Nascimento, M. L., Cunha, F. L., & Vicente, L. M. (2007). A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Revista Psicologia Política*, 1-17.
- Nascimento, M. L. (2012). Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia & Sociedade*; v. 24, 39-44. Recuperado em 01/09/2022 em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Cj3wKXhg7xYxhtgFjwcLzMf/?format=pdf&lang=pt>
- Nasio, J. D. (2001). *Os grandes casos de psicose*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Neves, A. S., Gomes, L. R., & Vidal, L. C. (2014). Violência e família: possibilidades vinculativas e formas de subjetivação. *Psicologia Clínica, Vol. 26(N. 1)*, 33-45. doi:<https://doi.org/10.1590/S0103-56652014000100004>
- Oliveira, A. d. (2012). ESTADO, DIREITO E SUJEITO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE FREUDO-LACANIANA. *Revista Dos Estudantes De Direito Da Universidade De Brasília, v. 10*, 205-234. Fonte: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/20303>
- Oliveira, H. M., & Hanke, B. C. (2017). Adolescer na contemporaneidade: uma crise dentro da crise. *Ágora, v. XX(n. 2)*, 295-310. doi:<https://doi.org/10.1590/1809-44142017002001>

- Oviedo, R. A., & Czeresnia, D. (2015). O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. *Interface - Comunicação, saúde, educação*, pp. 237-249. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0436>
- OxfordLanguages. (2022a). Dicionário Oxford Languages - Significado de "âmbito". Fonte: https://www.google.com/search?q=dicionario+ambito&sxsrf=AOaemvKjmGeM0n1-BQ8cornUhr08RPhdLw%3A1643238004626&ei=dNLxYdfMJfF5OUPnMKz8A4&ved=0ahUKEwjX1q_MwtD1AhX4IrkGHRzhDO4Q4dUDCA4&uact=5&oq=dicionario+ambito&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAMyBQgAEIAEMgYIABAWEb4yBggAE
- OxfordLanguages. (2022b). Dicionário Oxford Languages - Significado de "estranho". Fonte: <https://www.google.com/search?q=dicionario+estranho&oq=dicionario+estranho&aqs=edge..69i57j0i22i30l7.2403j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8>
- OxfordLanguages. (2022c). Dicionário Oxford Languages - Significado de "retrato". Fonte: https://www.google.com/search?q=dicionario+retrato&sxsrf=AOaemvLKimnu7Uv_8wq-faR8mCpeY-8pmg%3A1643242031299&ei=L-LxYcrkEaOW0AbNzrnIBQ&ved=0ahUKEwiKuLjM0dD1AhUjC9QKHU1nDlkQ4dUDCA4&uact=5&oq=dicionario+retrato&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAMyBggAEbYQHjIGCAAQFhAeMgYI
- OxfordLanguages. (2022d). Dicionário Oxford Languages - Significado de "violência".
Fonte: https://www.google.com/search?q=significado+violencia&sxsrf=AOaemvJMMNrn-fHR554O1x8SorP8JmOW6g%3A1643243699290&ei=s-jxYZ6aEeXG5OUPou6EqAw&ved=0ahUKEwjev-bn19D1AhVII7kGHSI3AcUQ4dUDCA4&uact=5&oq=significado+violencia&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAMyBggAEAcQHjIGCAAQB
- OxfordLanguages. (2022e). Dicionário Oxford Languages - Significado de "vulnerável".
Fonte: <https://www.google.com/search?q=dicionario+vulneravel&oq=dicionario+vulneravel&aqs=edge..69i57j0i13i30j0i8i13i30l4.2433j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8>
- Passos, C. F., Neves, A. S., & Menezes, L. S. (2018). Prolegômenos do desamparo na psicanálise. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, 21((3)), 525-544.
doi:<https://doi.org/10.1590/1415-4714.2018v21n3p525.7>
- Pereira, M. E. (2008). *Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta.
- Pinto, A. C., & Firmento, D. R. (2010). *Gravidez na adolescência: responsabilidade de todos*. São Paulo, SP: Childhood Brasil.
- Platão. (1972). *Diálogos*. São Paulo, SP: Editora Abril S.A.
- Rancière, J. (2009). *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34.
- Ricoeur, P. (2000). *A Metáfora Viva*. São Paulo: Edições Loyola. (Obra original publicada em 1975).

- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Rosa, M. D. (2020). *Passa anel: famílias, transmissão e tradição*. São Paulo, SP: Grupo Autêntica.
- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). O MÉTODO NA PESQUISA PSICANALÍTICA DE FENÔMENOS SOCIAIS E POLÍTICOS: A UTILIZAÇÃO DA ENTREVISTA E DA OBSERVAÇÃO. *Psicologia & Sociedade*, (22) 1, pp. 180-188. Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a21.pdf> <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>
- Rosenfield, K. (2006). *Estética*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora.
- Seincman, P. M., & Rosa, M. D. (2021). DIMENSÕES DA CLÍNICA PSICANALÍTICA COM MIGRANTES EM URGÊNCIA SOCIAL: A REDE TRANSFERENCIAL. *Psicologia em Estudo*, 1-14. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v26i0.47467>
- Sontag, S. (2003). *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sousa, E. L. (2002). QUANDO ATOS SE TORNAM FORMAS. Em G. B. (org.), *Psicanálise, arte e estéticas de subjetivação* (pp. 143-151). Rio de Janeiro: Imago.
- Stein, M. L. (2011). Infantil, Eu? *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 9-17.
- Takeiti, B. A., & Vicentin, M. C. (2015). A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008). *Saúde Soc.*, v. 24(n. 3), 945-963. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015131060>
- Takeiti, B. A., & Vicentin, M. C. (2019). Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, 256-262. doi:https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29028 https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29028
- Teixeira, L. C. (2005). O lugar da literatura na constituição da clínica psicanalítica em Freud. *Psychê - Revista de Psicanálise*, Ano IX(nº 16), 115-132.
- Teperman, D., Garrafa, T., & Iaconelli, V. (2020). *Parentalidade*. São Paulo, SP: Grupo Autêntica.
- Turriani, A. (2017). *Clínicas do Testemunho nas Margens*. São Paulo: Margens Clínicas. Recuperado em 01/09/2022 em: <https://www.margensclinicas.org/images/publicacoes/clinicas-do-testemunho-nas-margens.pdf>
- Ungaretti, M. A. (2010). *Criança e Adolescente: Direitos, Sexualidades e Reprodução*. São Paulo, SP: Childhood Brasil.

- Vicentin, M. C. (2005). *A VIDA EM REBELIÃO: jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- Vicentin, M. C. (2011). Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: Adolescentes em conflito com a lei. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 23(n. 1), 97-113. doi:<https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100005>
- Vieira, J. W., & Leite, R. C. (2022). Estado da questão acerca da confluência entre sexualidade e Ensino de Ciências. *Revista Educar Mais*, 153-163. <https://doi.org/10.15536/reducarmais.6.2022.2703>
- Viola, D. T., & Vorcaro, A. M. (2015). O problema do saber na adolescência e o real da puberdade. *Psicologia USP, volume 26*(número 1), 62-70. doi:<https://doi.org/10.1590/0103-656420130037>
- Vorcaro, A. (2003). SOB A CLÍNICA: ESCRITAS DO CASO. *Estilos da Clínica, Vol.VIII*(n. 14), 90-113. Fonte: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v8n14/v8n14a08.pdf> <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v8i14p90-113>
- Vorcaro, A. M., Vilela, A. A., & Rezende, A. O. (2018). TECENDO A REDE: A CONSTRUÇÃO DO CASO CLÍNICO NO ATENDIMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS. *Revista de Psicologia, v.9*(n.1), 64-69. Fonte: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/20637>

ANEXO A – TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR ENTRE 12 E 18 ANOS INCOMPLETOS

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA O MENOR ENTRE 12 E 18 ANOS INCOMPLETOS

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Retratos de adolescentes grávidas: desamparo, violência sexual e vulnerabilidade” sob a responsabilidade dos pesquisadores Anamaria Silva Neves e Marcelo Hayeck. Nesta pesquisa nós estamos buscando, através dos atendimentos psicológicos a uma adolescente, investigar os elementos da experiência de vida da adolescência em vulnerabilidade, especificamente, jovens vítimas de violência sexual com decorrente gravidez.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador Marcelo Hayeck, responsável por abordar pessoalmente a adolescente no Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (Nuavidas) - ambulatório especializado no atendimento de vítimas de violência sexual, localizado no Hospital de Clínicas Universitário da Universidade Federal de Uberlândia (HCU-UFU) e convidar a participar da pesquisa, por meio de esclarecimentos sobre a temática do estudo e seus objetivos, deixando claro que os participantes terão o período de tempo necessário para decidirem se concordam os termos do Cap. III da Resol. 510/2016.

Na sua participação, você será submetida a atendimentos psicológicos dos quais serão coletadas informações sobre os acontecimentos e a forma que vivenciou tais situações de vulnerabilidade. É válido ressaltar que os pesquisadores se responsabilizam por realizar os atendimentos em um ambiente acolhedor e seguro para você. As informações serão transcritas em diários de campo, ou seja, em cadernos nos quais serão anotadas informações relevantes sobre os atendimentos. Apenas os responsáveis pela pesquisa terão acesso aos diários. As informações serão lidas e discutidas pelos pesquisadores, e a partir disso, será redigida uma análise que apontará quais são os elementos presentes nas histórias de vida e como é possível lidar com o(s) acontecimento(s) relatados. As informações contidas nos diários de campos e análises redigidas (físicos ou digitais) serão mantidas sob guarda e responsabilidade dos pesquisadores, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Os pesquisadores se comprometem a divulgar os dados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

Os riscos consistem na possibilidade de revelação da identidade das participantes. No entanto, os pesquisadores se comprometem a resguardar o sigilo em relação às participantes envolvidas na pesquisa, por meio de nomes fictícios e sigilo das informações fornecidas no processo de coleta de informações. Considerando que o tema em questão aborda assuntos delicados e íntimos podem causar desconfortos, os pesquisadores se comprometem e se responsabilizam a realizar possíveis encaminhamentos de acordo com as demandas do caso. Em relação aos benefícios, a presente pesquisa contribuirá para a melhor compreensão da subjetividade de adolescentes e os seus impactos no cenário político, contribuindo para dar voz a esta população em vulnerabilidade. Além disso, propiciará espaço de escuta qualificada e terapêutica no que tange o acolhimento das vítimas de violência sexual.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Mesmo seu responsável legal tendo consentido, você não é obrigada a participar da pesquisa se não quiser.

Uma via original deste Termo de Assentimento ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com: Anamaria Silva Neves (34 99801-4385) e Marcelo Hayeck (034 99876-0029), no endereço Av. Pará, 1720 - Umuarama, Uberlândia - MG, 38405-320. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

**ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
RESPONSÁVEL LEGAL POR MENOR DE 18 ANOS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL LEGAL
POR MENOR DE 18 ANOS**

Considerando a sua condição de responsável legal pela menor, apresentamos este convite e solicitamos o seu consentimento para que ela participe da pesquisa intitulada “Retratos de adolescentes grávidas: desamparo, violência sexual e vulnerabilidade” sob a responsabilidade dos pesquisadores Anamaria Silva Neves e Marcelo Hayeck. Nesta pesquisa nós estamos buscando, através dos atendimentos psicológicos a uma adolescente, investigar os elementos da experiência de vida da adolescência em vulnerabilidade, especificamente, jovens vítimas de violência sexual com decorrente gravidez.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador Marcelo Hayeck, responsável por abordar pessoalmente o(a) responsável pela adolescente no Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (Nuavidas) - ambulatório especializado no atendimento de vítimas de violência sexual, localizado no Hospital de Clínicas Universitário da Universidade Federal de Uberlândia (HCU-UFU) e convidar a participarem da pesquisa, por meio de esclarecimentos sobre a temática do estudo e seus objetivos, deixando claro que os participantes terão o período de tempo necessário para decidirem se concordam os termos do Cap. III da Resol. 510/2016.

Na participação da menor sob sua responsabilidade, ela será submetida a atendimentos psicológicos dos quais serão coletadas informações sobre os acontecimentos e a forma que a adolescente vivenciou tais situações de vulnerabilidade. É válido ressaltar que os pesquisadores se responsabilizam por realizar os atendimentos em um ambiente acolhedor e seguro para a adolescente. As informações serão transcritas em diários de campo, ou seja, em cadernos nos quais serão anotadas informações relevantes sobre os atendimentos. Apenas os responsáveis pela pesquisa terão acesso aos diários. As informações serão lidas e discutidas pelos pesquisadores, e a partir disso, será redigida uma análise que apontará quais são os elementos presentes nas histórias de vida e como essas adolescentes estão lidando com o(s) acontecimento(s) relatados. As informações contidas nos diários de campos e análises redigidas (físicas ou digitais) serão mantidas sob guarda e responsabilidade dos pesquisadores, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Em nenhum momento, nem a menor nem você serão identificados.

Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a identidade dela e a sua serão preservadas. Os pesquisadores se comprometem a divulgar os dados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

Os riscos consistem na possibilidade de revelação da identidade das participantes. No entanto, os pesquisadores se comprometem a resguardar o sigilo em relação às participantes envolvidas na pesquisa, por meio de nomes fictícios e sigilo das informações fornecidas no processo de coleta de informações. Considerando que o tema em questão aborda assuntos delicados e íntimos podem causar desconfortos, os pesquisadores se comprometem e se responsabilizam a realizar possíveis encaminhamentos de acordo com as demandas do caso. Em relação aos benefícios, a presente pesquisa contribuirá para a melhor compreensão da subjetividade de adolescentes e os seus impactos no cenário político, contribuindo para dar voz a esta população em vulnerabilidade. Além disso, propiciará espaço de escuta qualificada e terapêutica no que tange o acolhimento das vítimas de violência sexual.

A qualquer momento, você poderá retirar o seu consentimento para que a menor sob sua responsabilidade participe da pesquisa. Garantimos que não haverá coação para que o consentimento seja mantido nem que haverá prejuízo à menor sob sua responsabilidade. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos dados da menor sob sua responsabilidade da pesquisa.

A menor sob sua responsabilidade pode se recusar a continuar participando da pesquisa, se manifestando verbalmente ou por meio de gestos, que indiquem esse desejo. Ela não sofrerá qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, ela também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com: Anamaria Silva Neves (34 99801-4385) e Marcelo Hayeck (034 99876-0029), no endereço Av. Pará, 1720 - Umarama, Uberlândia - MG, 38405-320. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link:

[//conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf](https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf).

O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura dos pesquisadores

Eu, responsável legal pelo(a) menor (nome do(a) menor) _____ consinto na sua participação na pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do responsável pelo(a) participante da pesquisa